

EDITAL DE LICITAÇÃO

MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

Nº 014/2022

Aquisição de carteiras estudantis e poltronas para auditório, com montagem e instalação, através de Sistema de Registro de Preços, a fim de atender as necessidades da Escola Superior da Magistratura – ESMA, durante o período de 12 meses, conforme especificações, condições, quantidades e estimativas estabelecidas no Termo de Referência anexo I do Edital.

DATA DE ABERTURA:

03 de maio de 2022, às 09:00 horas
(Horário Brasília)

nº licitação BB: 933220

MODO DE DISPUTA ABERTO

**(CADASTRAR PROPOSTA VIRTUAL E ANEXAR HABILITAÇÃO NO SISTEMA ELETRÔNICO
BB)**

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA** torna público para ciência dos interessados, através do Pregoeiro e Equipe de Apoio, nomeado através da Portaria nº 1.390/2021, publicada no Diário da Justiça de 28 de outubro de 2021, que realizará processo licitatório na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE**, para o **REGISTRO DE PREÇOS** de acordo com a Lei nº 10.520, de 17/07/2002, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto nº 10.024 de 20/09/2019 no que couber, Decreto Estadual nº 34.986/14, o Decreto Federal nº 7.892/13, como também a Resolução TJPB nº 15/2014 de 12/09/2014, e, subsidiariamente, a Lei nº 8.666/1993 e legislação complementar vigente e pertinente à matéria, na forma abaixo:

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ATÉ (Limite de acolhimento de propostas): **03/05/2022 às 07:59** horas (Horário de Brasília)

ABERTURA DAS PROPOSTAS: 03/05/2022 às 08:00 horas (Horário de Brasília)

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 03/05/2022 às 09:00 horas (Horário de Brasília)

MODO DE DISPUTA: ABERTO

SISTEMA ELETRÔNICO UTILIZADO: Banco do Brasil

REFERÊNCIA DE TEMPO: Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão, obrigatoriamente, o **horário de Brasília – DF** e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

1. DO OBJETO

- 1.1. Aquisição de carteiras estudantis e poltronas para auditório, com montagem e instalação, através de Sistema de Registro de Preços, a fim de atender as necessidades da Escola Superior da Magistratura – ESMA, durante o período de 12 meses, conforme especificações, condições, quantidades e estimativas estabelecidas no Termo de Referência elaborado pela Gerência de Contratação e aprovada pela Gerência de Material, Patrimônio e Acervo.

2. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 2.1. O presente Edital e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer item, especificação ou detalhamento de proposta constante em um desses documentos, mesmo que ausente no outro, serão considerados válidos e eficazes;
- 2.2. As empresas interessadas deverão adquirir o Edital pela Internet, nos sites: www.tjpb.jus.br ou www.licitacoes-e.com.br, ou, então, mediante a entrega de 01 (um) pen drive diretamente na sala da CPL/TJ-PB, **situado no 2º andar do Anexo Administrativo João XXIII, localizado na Rua Professor Batista Leite 151 - Róger - 83-3208-6018- João Pessoa – PB**, como também através de solicitação via e-mail constante no item 2.4, no horário de segunda a quinta-feira das 07h00 às 17h00 e às sexta-feira das 07h00 às 14h00, (Horário Local);

- 2.3. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da *INTERNET*, mediante o monitoramento por criptografia e autenticação em todas as suas fases;
- 2.4. Os trabalhos serão conduzidos por servidor efetivo do Tribunal de Justiça da Paraíba, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo “Licitações” constante da página eletrônica do TJPB, acessada pelo endereço <http://www.tjpb.jus.br/> (Pregão Eletrônico/Compras Eletrônicas – acesso ao sistema) **ou** www.licitacoes-e.com.br, poderão esclarecer dúvidas também por e-mail: prege@tjpb.jus.br
- 2.5. Os licitantes deverão observar as datas e os horários limites previstos para a abertura das propostas, discriminados no presente edital, bem como a data e o horário do início da disputa;
- 2.6. Na hipótese de caso fortuito, força maior ou de fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será transferida, de forma automática, para o primeiro dia útil imediatamente subsequente, no mesmo horário já divulgado, ressalvada a hipótese de ulterior determinação por parte do Tribunal de Justiça da Paraíba em sentido diverso;
- 2.7. Antes do recebimento das propostas, na data aprazada neste edital, qualquer pessoa **poderá impugnar** este Edital e/ou Anexos (s), **até 03 (três) dias úteis anteriores à data de abertura das propostas**
- 2.8. Fica consignado o direito de qualquer interessado no procedimento **solicitar esclarecimentos**, desde que o faça em **até 03 (três) dias úteis anteriores à data de abertura das propostas:**
- 2.9. Nos casos descritos nos itens 2.7 e 2.8 poderão os impugnantes ou consulentes dirigir-se ao Pregoeiro Oficial através do e-mail: prege@tjpb.jus.br, telefonando em seguida para informar o envio do e-mail ou através de Carta com Aviso de Recebimento – AR, dirigida à Comissão de Licitação deste Poder, cujo endereço encontra-se descrito no subitem 2.2., supramencionado.
- 2.10 **Para cadastrar proposta e anexar as documentações de habilitação verificar os procedimentos nos itens: 4.3.11 e 6.7 deste Edital.**

3. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

- 3.1. Poderão participar do presente processo licitatório os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital e Anexo (s) e que estejam previamente credenciados no sistema eletrônico de licitações do Banco do Brasil S.A, em qualquer agência sediada no país;
- 3.2. **Não poderão participar do certame os licitantes:**
- 3.2.1. **Constituídos sob a forma de consórcio;**

- 3.2.2.** Estejam cumprindo a penalidade de suspensão temporária imposta pelo Tribunal de Justiça da Paraíba.
- 3.2.3.** Sejam declaradas inidôneas em qualquer esfera de Poder;
- 3.2.4.** Estejam incluídas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, no Portal da Transparência da Controladoria Geral da União - CGU, no site <http://www.transparencia.gov.br/ceis/> respeitada a área de abrangência de cada punição.
- 3.2.5.** Estejam incluídas no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por ato de Improbidade Administrativa – CNIA, no site www.cnj.jus.br;
- 3.2.6** Estejam incluídas no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar com a Administração Pública Estadual – CAFIL-PB;
- 3.2.7 Servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, conforme inciso III, do art. 9º da Lei 8.666/93.**
- 3.2.8.** Estejam em processo de falência, dissolução ou liquidação;

4. REGULAMENTO OPERACIONAL DO PREGÃO ELETRÔNICO

4.1. Condução do Certame

- 4.1.1.** O certame será conduzido pelo **Pregoeiro**, que terá, em especial, as seguintes atribuições:
- a) coordenar o processo licitatório;
 - b) receber, examinar e decidir as consultas e impugnações ao edital, subsidiado pelo setor competente, no que couber;
 - c) conduzir a sessão pública na internet;
 - d) verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório;
 - e) dirigir a etapa de lances;
 - f) verificar e julgar as condições de habilitação;
 - g) receber, examinar e decidir os recursos interpostos, devendo encaminhá-los à autoridade competente, quando mantiver sua decisão;
 - h) indicar o vencedor do certame;
 - i) adjudicar o objeto, quando não houver recurso;
 - j) acompanhar os trabalhos da Equipe de Apoio;
 - l) encaminhar o processo devidamente instruído à Autoridade competente, visando a homologação e a contratação.
- 4.1.2.** Caberá ao Presidente deste Tribunal de Justiça:
- a) indicar o provedor do sistema;

- b) solicitar ao provedor do sistema o credenciamento do Pregoeiro e dos membros da Equipe de Apoio;
- c) determinar a abertura do processo licitatório;
- d) decidir os recursos interpostos contra atos do Pregoeiro, quando este mantiver sua decisão;
- e) adjudicar o objeto da licitação, quando houver recurso;
- f) homologar o resultado da licitação;
- g) celebrar o Contrato e/ou Ata de Registro de Preços.

4.2. Credenciamento no aplicativo “LICITAÇÕES”

4.2.1. O Tribunal de Justiça da Paraíba utilizará o portal de Pregão Eletrônico do Banco do Brasil S.A. para realização desta licitação, conforme Convênio de Cooperação Técnica celebrado entre as partes;

4.2.2. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão dispor de **chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas junto às Agências do Banco do Brasil S.A. sediadas no País;**

4.2.3. Em sendo sócio, proprietário, dirigente (ou assemelhado) da empresa proponente, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer os direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

4.2.4. A chave de identificação e a senha terão validade determinada pelo Banco do Brasil S.A. e poderão ser utilizadas em qualquer Pregão Eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa do Banco, devidamente justificada;

4.2.5. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da chave e senha;

4.2.6. O credenciamento da licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica responsabilidade legal pelos atos praticados e a efetiva participação em Pregão à presunção da capacidade técnica e jurídica.

4.3. Participação e proposta de preços virtual

4.3.1. A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da chave e senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da **PROPOSTA DE PREÇOS**, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observadas datas e horários limites estabelecidos;

4.3.2. A informação dos dados para acesso deve ser feita na página inicial do **site www.licitacoes-e.com.br**, opção **“Acesso Identificado”**;

4.3.3. O encaminhamento de PROPOSTA DE PREÇOS pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação, previstas no Edital e

Anexo(s). Como opção, a PROPONENTE poderá declarar no sistema, antes de registrar sua proposta, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos neste edital, sujeitando-se às sanções legais na hipótese de DECLARAÇÃO FALSA;

4.3.4. A PROPONENTE deverá informar no campo INFORMAÇÕES ADICIONAIS – da proposta de preços eletrônica:

4.3.4.1. Descrição dos PRODUTOS/SERVIÇOS (especificação) ou declaração de que todos os serviços, que serão fornecidos conforme as exigências contidas no Termo de Referência.

4.3.4.2. **As microempresas - ME e empresas de pequeno porte - EPP deverão declarar a condição de ME ou EPP, para utilização dos benefícios resguardados pela Lei Complementar nº 123/2006;**

4.3.4.3. A falta da especificação ou da declaração, exigido no item 4.3.4.1, observadas as condições previstas nos subitens 17.5 deste edital, de forma que impossibilite o exame de conformidade da proposta (falta de descrição ou declaração), **implicará na desclassificação do licitante.**

Obs.: Quando do envio da PROPOSTA DE PREÇOS, se esta contiver Anexo deverá o proponente inseri-lo mediante a opção DOCUMENTOS, em arquivos no formato PDF. O nome do arquivo deverá iniciar com a palavra Anexo, ex.: Anexo1.PDF - e o tamanho do arquivo não poderá exceder a 1,2MB. Esclarecemos que o envio de anexo, pela opção DOCUMENTOS é opcional, e deve ser utilizada caso a empresa julgue necessário o envio de mais informações, além das obrigatórias já citadas nos itens 4.3.4.1

4.3.5. A PROPONENTE será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, declarando e assumindo como firmes e verdadeiras suas PROPOSTAS E LANCES, bem como os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Tribunal de Justiça da Paraíba ou ao Banco do Brasil S.A. a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

4.3.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e/ou o encaminhamento da proposta virtual que ensejar o descumprimento dos requisitos de habilitação, sujeitará a licitante às sanções previstas neste edital;

4.3.7. A validade da PROPOSTA DE PREÇOS será, de no mínimo, **60 (sessenta) dias**, contados a partir da data da sessão pública do Pregão;

4.3.8. Caberá à PROPONENTE acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens

emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;

4.3.9. A PROPONENTE deverá comunicar imediatamente ao Banco (Órgão provedor do sistema) qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

4.3.10. Os valores ofertados na proposta virtual serão no valor global por lote.

4.3.11. Para registrar a proposta junto ao sistema eletrônico :

a) Acesse o Menu Opções da Licitação e clique em Opção “Oferecer Proposta”. Lembrando que o cadastro deverá ser feito antes da abertura da proposta.

b) O sistema eletrônico do Banco do Brasil realiza constantes atualizações, sendo de inteira responsabilidade dos licitantes está atentos, as cartilhas atualizadas de procedimentos junto ao sistema através do site:

<https://www.licitacoes-e.com.br/aop/documentos/ORIENTACOESPREGAO.pdf>

4.4. ABERTURA DA SESSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO

4.4.1. A partir do horário previsto neste Edital, a sessão pública na internet será aberta por comando do Pregoeiro;

4.4.2. Até o horário previsto para o recebimento das propostas, os licitantes poderão retirar ou substituir a PROPOSTA DE PREÇOS eletrônica anteriormente apresentada;

4.4.3. O Pregoeiro verificará as PROPOSTAS apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital, em especial ao contido no item 4.3.4.1;

4.4.4. A desclassificação de PROPOSTA será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes;

4.4.5. O sistema ordenará, automaticamente, as PROPOSTAS classificadas pelo Pregoeiro, sendo que somente as propostas classificadas participarão da fase de lance;

4.4.6. Classificadas as PROPOSTAS, o Pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico;

4.4.7. Aberta a etapa competitiva, os representantes das proponentes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances, ressaltando-se que a cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor;

4.4.8. Serão aceitos lances cujos valores forem inferiores ao último, sendo igualmente permitido aos licitantes que ofereçam lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema;

4.4.9. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro;

4.4.10. Os lances ofertados serão no valor global de cada lote,

4.4.10.1 O valor mínimo entre lances é de R\$ 20,00(vinte reais).

4.4.11. Durante a sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances ao Pregoeiro nem aos demais participantes;

4.4.12. O modo de disputa será o ABERTO:

- a) A etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- b) A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários. Caso não haja novos lances, a sessão pública será encerrada automaticamente.
- c) Poderá haver reinício da etapa de envio de lances, mediante justificativa, quando a sessão pública foi encerrada sem as prorrogações automáticas pelo sistema, em prol da consecução do melhor preço.

4.4.13. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, CONTRAPROPOSTA ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, a fim de que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no Edital. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes;

4.4.14.1. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada;

4.4.14.2. Ocorrendo o empate, será obedecido ao seguinte procedimento:

- a) a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, desde que atenda o item 4.4.14.1, será convocada pelo sistema para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o

encerramento dos lances, sob pena de preclusão;

b) não ocorrendo à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma da alínea “a” deste item, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 4.4.14.1, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito;

c) na hipótese da não contratação nos termos previstos na alínea “a” deste item, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame;

d) o disposto neste item somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte;

e) Persistindo o empate, haverá sorteio pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas. Isso porque não há ordem de classificação das propostas, haja vista que estas podem ser retiradas ou substituídas até o momento de abertura da sessão pública.

4.4.15. No caso de divergência entre o valor unitário e o total do lote/Item, prevalecerá o valor unitário.

4.4.16. No caso de falha na conexão do Pregoeiro ao sistema de licitações do Banco do Brasil, no decorrer do pregão eletrônico em disceptação, enquanto ofertados os lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos sem prejuízo dos atos realizados;

4.4.17. Quando a falha na conexão do Pregoeiro ao sistema persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão na forma eletrônica deverá ser suspensa, devendo ser reiniciada no primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário constante no item relativo a início da sessão de disputa de preços, na página inicial deste Edital;

4.4.18. Cabe ao Pregoeiro analisar, a pedido ou de ofício, os casos impeditivos, modificativos ou suspensivos do procedimento de pregão eletrônico, cabendo da decisão que suspender o certame, pedido de reconsideração;

4.5. Atos posteriores à Sessão virtual

4.5.1. Encerrada a etapa de lances da sessão pública virtual, o Pregoeiro analisará as documentações do item 5 e 6 da empresa classificada em primeiro lugar constantes no menu “anexo do lote” do sistema eletrônico do Banco do Brasil.

4.5.2. Os documentos exigidos neste Pregão deverão ser apresentados em original, ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, certificado digital, ou pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio a partir do original ou publicação em órgão da imprensa oficial;

- 4.5.3.** Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se a licitante desatender às exigências de classificação e/ou habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade com o valor estimado para contratação e a habilitação da participante, na ordem de classificação (e sucessivamente) até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital e Anexo(s). Também nessa etapa o Pregoeiro ainda poderá negociar com a participante para que seja obtido preço melhor;
- 4.5.4.** Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital e Anexos, o objeto será adjudicado à autora da proposta ou lance de menor preço;
- 4.5.5.** Homologada a licitação pela autoridade competente, a vencedora será convocada para assinar a Ata de Registro de Preços;
- 4.5.6.** Imediatamente após Adjudicação, os licitantes classificados serão convocados para, no prazo de (03) horas, manifestarem o desejo de cotar os produtos com preços iguais ao apresentado pelo licitante vencedor, conforme disposto no inciso I do Art. 11 do Decreto Estadual nº 34.986/2014.
- 4.5.6.1.** A aceitação de cotar os produtos com preços iguais ao apresentado pelo licitante vencedor de que trata o item 4.5.6, ocorrerá através de e-mail endereçado ao setor de Pregão, prege@tjpb.jus.br e a convocação do Pregoeiro será realizada através de registro no *chat* de mensagem do sistema do Banco do Brasil S.A.

5. PROPOSTAS DE PREÇOS DOCUMENTAL (READEQUADA)

- 5.1** A PROPONENTE classificada em primeiro lugar deverá apresentar detalhamento de sua proposta de acordo com o abaixo especificado, para avaliação, observando o prazo e a autenticação, após convocação do Pregoeiro através do “chat” de mensagens do sistema Eletrônico do Banco do Brasil.
- 5.1.1.** A proposta deverá ser apresentada em 01 (uma) via original, na língua portuguesa corrente no Brasil, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, impressa por meio de edição eletrônica de textos em papel timbrado da proponente, redigida de forma clara, sem rasuras, emendas ou entrelinhas;
- 5.1.2.** Deverá estar devidamente assinada na última página e rubricada nas demais pelo representante legal da respectiva PROPONENTE;
- 5.1.3.** Conter especificações claras e detalhadas do objeto ofertado, com descrição precisa, nos termos do constante no Termo de Referência, contendo preço unitário e total do respectivo lote/item para o qual está concorrendo, readequados ao valor representado pelo lance vencedor, com o máximo de duas casas decimais, em algarismo e este último por extenso, prevalecendo no caso de divergência os valores por extenso sobre os numéricos;

- 5.1.4.** Conter o prazo máximo para entrega dos materiais conforme determinado no Termo de Referência;
- 5.1.5.** A validade da PROPOSTA DE PREÇOS será, de no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão;
- 5.1.6.** Conter declaração de que no preço a ser praticado estão incluídas todas as despesas com impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e quaisquer outras despesas legais, diretas e indiretas, incidentes sobre o objeto desta licitação;
- 5.1.7.** Conter declaração expressa dos licitantes de que tem plena ciência do conteúdo do Edital e seus Anexos e, ainda, que atende a todas as condições estabelecidas para o presente Pregão.
- 5.1.8.** Prazo para encaminhar proposta readequada via sistema é de 01 (UMA) hora, a partir da solicitação do pregoeiro no chat do sistema BB, sob pena de desclassificação.
- 5.1.9.** Será desclassificada também, a proposta que, após as diligências, não corrigir ou justificar eventuais irregularidades apontadas pelo Pregoeiro.

6. DA HABILITAÇÃO

6.1. A documentação de habilitação deverá constar do seguinte:

6.1.2. Empresa já cadastrada, conforme artigos 34 a 37 da Lei nº 8.666/93:

a) CRC – Certificado de Registro Cadastral do próprio Tribunal de Justiça ou o SIREF – Sistema Integrado de Registro de Fornecedores do Estado da Paraíba, vigente, que atenda aos requisitos previstos na Lei nº 8.666/93, em substituição à documentação concernente à habilitação jurídica, à qualificação econômico-financeira e à regularidade fiscal, no qual deverá constar, impreterivelmente, os prazos de validade de cada documento. Será permitida a juntada de certidões atualizadas, como forma de suprir a regularidade do cadastro, desde que o mesmo encontre-se dentro de sua validade e que a certidão esteja dentro do envelope de habilitação/preço. No caso, da licitante colocar dentro do envelope outros documentos, estes também serão analisados, podendo ser motivo de desclassificação. Não será aceito o registro cadastral do SICAF, em virtude deste Órgão não ser abrangido pelo referido sistema, conforme disposição do parágrafo único do art. 13 do Decreto nº 3.555/2000;

b) Certidão Negativa de Débito Trabalhista, exigida de acordo com Lei nº 12.440/2011.(Caso não esteja contida no CRC ou SIREF);

b.1 As certidões fiscais positivas de débitos com efeitos negativas, terão os mesmos efeitos das certidões de débitos negativas.

c) QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA

c.1) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo(s) distribuidor(es) da sede do licitante ou de seu domicílio, ou que já tenham tido, no caso de empresas em recuperação judicial, certidão emitida pela instância judicial certificando o cumprimento do plano de recuperação homologado em juízo.

c.1.1. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial referente aos processos distribuídos pelo PJe (processos judiciais eletrônicos) da sede da licitante ou de seu domicílio.

c.1.1.1 A certidão descrita no subitem c.1.1 somente é exigível quando a certidão negativa de falência ou recuperação judicial da sede da licitante ou de seu domicílio(subitem c.1) contiver a ressalva expressa de que não abrange os processos judiciais Eletrônicos.

c.1.2. a data de emissão das certidões supracitadas, deverão ser emitidas até sessenta dias anteriores ao dia da sessão, caso não esteja especificado outro prazo de validade ou autenticação no documento.

d. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

d.1. Considerando a natureza do objeto a ser contratado, o padrão de excelência que se deseja alcançar e os resultados esperados, tendo em vista as expectativas deste Tribunal de Justiça, mostra-se significativo que as empresas candidatas demonstrem condições, em proporção razoável, de experiência comprovada no fornecimento de bens compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, apresentando no mínimo o seguinte:

a) LOTE I - A licitante deverá comprovar, por meio de atestado(s) de capacidade técnica, ter CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL no fornecimento de 100 (cem) cadeiras ou mais;

b) LOTE II - A licitante deverá comprovar, por meio de atestado(s) de capacidade técnica, ter CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL no fornecimento de 80 (oitenta) poltronas de auditório ou mais;

d.1.2. As comprovações poderão ser apresentadas por meio de um ou mais atestados de

capacidade técnica;

d.1.3. Os atestados de capacidade técnica deverão ser obrigatoriamente emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, contendo nome, cargo e número de telefone institucional para contato do emitente;

d.1.4. O TJPB reserva-se ao direito de fazer diligências para confirmar as informações necessárias para comprovar a qualificação técnica.

d.2. Catálogos ou *folders* de cada linha cotada, para análise de compatibilidade aos produtos licitados;

d.3. **Declaração** expressa e sob as penas da lei, de que, classificada em primeiro lugar no Lote/Certame, compromete-se a:

1- Arcar, quando solicitado pelo TJPB, com todas as despesas decorrentes dos procedimentos de análise ou teste probatório de qualidade dos bens fornecidos, bem assim, com o fornecimento, sem ônus adicional para o TJPB, de amostras dos itens que tenha arrematado, sem que isso implique em antecipação de entrega de material (conforme modelo ANEXO V);

2- Fornecer produtos novos, de primeiro uso, industrializados/fabricados de acordo com as normas técnicas em vigor, de boa qualidade e de excelente aceitação no mercado, bem assim com prazo de garantia e assistência técnica on site de acordo com as exigências contidas nas especificações dos respectivos itens, contado da data de recebimento definitivo dos produtos pelo TJPB(conforme modelo ANEXO V).

e) Declaração, em papel timbrado, de que não há superveniência de fato impeditivo para a habilitação, conforme modelo anexo V ao presente edital;

f) Declaração, em papel timbrado, firmada por representante legal da empresa, de que não emprega menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, conforme modelo anexo V ao presente edital;

g) Declaração ou comprovação de enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, mediante apresentação de Certidão expedida pela Junta Comercial, nos termos da Instrução Normativa nº 103 de 30 de abril de 2007, expedida pelo Departamento Nacional de Registro de Comércio – DNRC, exigida somente para microempresa e empresa de pequeno porte que queira se beneficiar do tratamento diferenciado e favorecido, na presente licitação, caso necessário, na forma do disposto na Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, ou ainda, comprovante de opção pelo Simples Nacional obtido através do site da Secretaria da Receita Federal, para ter direito ao mesmo benefício anteriormente mencionado, emitidas com data até 60 (sessenta) dias antes do dia da abertura da sessão de licitação;

h) Termo de compromisso, em papel timbrado, firmada por representante legal da

Pessoa Jurídica, declarando a inexistência, bem como assumindo compromisso de não permitir ingresso nos quadros societários e/ou de empregados da Pessoa Jurídica, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, ficando desde já ciente de que a inobservância dessa vedação acarretará a rescisão imediata do fornecimento a ser celebrado com o Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, conforme modelo constante Anexo V ao presente edital;

i. AMOSTRA

i.1. Será exigido do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente amostra(s) para a verificação da compatibilidade com as especificações deste Termo de Referência e consequente aceitação da proposta, conforme condições estabelecidas no item 5 do Termo de Referência.

6.1.2.1. Empresas não cadastradas deverão apresentar a seguinte documentação:

a) da Habilitação Jurídica:

- a.1)** registro comercial, no caso de empresa individual;
- a.2)** ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, acompanhado da alteração/aditivo eventual da gerência da sociedade, e demais que se achar pertinente, ou ato constitutivo consolidado, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleições de seus administradores;

b) DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA

- b.1)** Certidão negativa de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo(s) distribuidor(es) da sede do licitante ou de seu domicílio, ou que já tenham tido, no caso de empresas em recuperação judicial, certidão emitida pela instância judicial certificando o cumprimento do plano de recuperação homologado em juízo.

b.1.1. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial referente aos processos distribuídos pelo PJe (processos judiciais eletrônicos) da sede da licitante ou de seu domicílio.

b.1.1.1 A certidão descrita no subitem b.1.1 somente é exigível quando a certidão negativa de falência ou recuperação judicial da sede da licitante ou de seu domicílio(subitem b.1) contiver a ressalva expressa de que não abrange os processos judiciais Eletrônicos.

b.1.2. a data de emissão das certidões supracitadas, deverão ser emitidas até sessenta dias anteriores ao dia da sessão, caso não esteja especificado outro prazo de validade ou autenticação no documento.

c) da Regularidade Fiscal:

- c.1)** prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), vigente na data prevista para abertura da licitação;
- c.2)** prova de inscrição no cadastro de contribuinte municipal, (Através de documento ou certidão que possua o número da inscrição, ex. Alvará CND municipal e etc.), se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, ou de sua isenção;
- c.3)** prova de regularidade para com a Fazenda Federal, representada pela Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou documento(s) equivalente(s), na forma da lei;
- c.4)** prova de regularidade com a:
 - I)** Fazenda Estadual(válida p/ fornecimento de mercadorias) , e;
 - II)** Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou documentos equivalentes, na forma da Lei;
- c.5)** prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS)ou documento(s) equivalente(s), na forma da lei;;
- c.6)** prova de regularidade relativa ao FGTS, representada pelo CRF – Certificado de Regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal;
- c.7)** Certidão Negativa de Débito Trabalhista, exigida de acordo com Lei nº 12.440/2011.
- c.8)** As certidões fiscais positivas de débitos com efeitos negativas, terão os mesmos efeitos das certidões de débitos negativas.

d. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

d.1. Considerando a natureza do objeto a ser contratado, o padrão de excelência que se deseja alcançar e os resultados esperados, tendo em vista as expectativas deste Tribunal de Justiça, mostra-se significativo que as empresas candidatas demonstrem condições, em proporção razoável, de experiência comprovada no fornecimento de bens compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, apresentando no mínimo o seguinte:

- a) LOTE I - A licitante deverá comprovar, por meio de atestado(s) de capacidade técnica, ter CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL no fornecimento de 100 (cem) cadeiras ou mais;
- b) LOTE II - A licitante deverá comprovar, por meio de atestado(s) de capacidade

técnica, ter CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL no fornecimento de 80 (oitenta) poltronas de auditório ou mais;

d.1.2. As comprovações poderão ser apresentadas por meio de um ou mais atestados de capacidade técnica;

d.1.3. Os atestados de capacidade técnica deverão ser obrigatoriamente emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, contendo nome, cargo e número de telefone institucional para contato do emitente;

d.1.4. O TJPB reserva-se ao direito de fazer diligências para confirmar as informações necessárias para comprovar a qualificação técnica.

d.2. Catálogos ou *folders* de cada linha cotada, para análise de compatibilidade aos produtos licitados;

d.3. **Declaração** expressa e sob as penas da lei, de que, classificada em primeiro lugar no Lote/Certame, compromete-se a:

1- Arcar, quando solicitado pelo TJPB, com todas as despesas decorrentes dos procedimentos de análise ou teste probatório de qualidade dos bens fornecidos, bem assim, com o fornecimento, sem ônus adicional para o TJPB, de amostras dos itens que tenha arrematado, sem que isso implique em antecipação de entrega de material (conforme modelo ANEXO V);

2- Fornecer produtos novos, de primeiro uso, industrializados/fabricados de acordo com as normas técnicas em vigor, de boa qualidade e de excelente aceitação no mercado, bem assim com prazo de garantia e assistência técnica on site de acordo com as exigências contidas nas especificações dos respectivos itens, contado da data de recebimento definitivo dos produtos pelo TJPB(conforme modelo ANEXO V).

e) Declaração, em papel timbrado, de que não há superveniência de fato impeditivo para a habilitação, conforme modelo anexo V ao presente edital;

f) Declaração, em papel timbrado, firmada por representante legal da empresa, de que não emprega menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, conforme modelo anexo V ao presente edital;

g) Declaração ou comprovação de enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, mediante apresentação de Certidão expedida pela Junta Comercial, nos termos da Instrução Normativa nº 103 de 30 de abril de 2007, expedida pelo Departamento Nacional de Registro de Comércio – DNRC, exigida somente para microempresa e empresa de pequeno porte que queira se beneficiar do tratamento diferenciado e favorecido, na presente licitação, caso necessário, na forma do disposto na Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, ou ainda, comprovante de opção pelo Simples Nacional obtido através do site da Secretaria da Receita Federal, para ter direito ao

mesmo benefício anteriormente mencionado, emitidas com data até 60 (sessenta) dias antes do dia da abertura da sessão de licitação;

h) Termo de compromisso, em papel timbrado, firmada por representante legal da Pessoa Jurídica, declarando a inexistência, bem como assumindo compromisso de não permitir ingresso nos quadros societários e/ou de empregados da Pessoa Jurídica, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, ficando desde já ciente de que a inobservância dessa vedação acarretará a rescisão imediata do fornecimento a ser celebrado com o Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, conforme modelo constante Anexo V ao presente edital;

i. AMOSTRA

i.1. Será exigido do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente amostra(s) para a verificação da compatibilidade com as especificações deste Termo de Referência e consequente aceitação da proposta, conforme condições estabelecidas no item 5 do Termo de Referência.

6.2. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

6.2.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, improrrogáveis, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

6.3. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, os quais farão parte do processo licitatório, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, ou autenticada por servidor desta Comissão, inclusive o Pregoeiro ou membro de sua equipe de apoio no decorrer da sessão de licitação, ou publicação em órgão da imprensa oficial, observados sempre os respectivos prazos de validade;

6.4. Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante, com o número do CNPJ e, preferencialmente, com endereço respectivo, devendo ser observado o seguinte (condição válida, também, para pagamento dos serviços, se for o caso):

6.4.1. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar com o número do CNPJ da matriz, ou;

- 6.4.2.** Se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar com o número do CNPJ da filial, exceto quanto à Certidão Negativa de Débito junto ao INSS, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, bem assim quanto ao Certificado de Regularidade do FGTS, quando o licitante tenha o recolhimento dos encargos centralizado, devendo, desta forma, apresentar o documento comprobatório de autorização para a centralização, ou;
- 6.4.3.** Se o licitante for a matriz e o fornecedor do bem ou prestadora dos serviços for a filial, os documentos deverão ser apresentados com o número de CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente;
- 6.4.4.** Serão dispensados da apresentação de documentos com o número do CNPJ da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz;
- 6.5.** O não atendimento de qualquer exigência ou condição deste item implicará na inabilitação do licitante;
- 6.6.** Caso todos os licitantes venham a ser inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a Administração poderá fixar aos licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas referidas no artigo 48, da Lei 8.666/93.

6.7 Do envio das documentações de habilitação via sistema:

- a) Após registro da proposta, acesse o menu de **opções** da licitação e acesse a opção **“Consultar Lotes”**.
- b) Acesse o Menu Opções de cada lote e clique na opção “Incluir Anexo Lote” Clique no botão “browse” para localizar o arquivo em seu computador que deverá estar no formato PDF e com extensão “.pdf”.
- c) Em seguida, clique no botão “incluir”. Pronto, o documento de habilitação estará incluso na lista de anexos da proposta. Repita o processo para cada documento de habilitação que foi solicitado no Edital. **(obs. A licitante que participar de dois ou mais lotes, deverá anexar as documentações de habilitação repetidamente em cada lote.**
- d) Apenas serão aceitos documentos de habilitação e proposta via sistema (licitacoes-e) exceto diligências nos casos que forem necessários. **(Obs. não serão aceitos, o envio de "links" para serviços de armazenamento de arquivos na Internet, a exemplo de Dropbox, Google Drive, OneDrive, etc.). Lembrando que o envio das documentações de habilitação deverá ser feito antes da abertura da proposta.**

7. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 7.1.** O Sistema de Registro de Preços é um conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e/ou aquisição de bens, para contratações futuras da Administração Pública;
- 7.2.** A Ata de Registro de Preços é um documento vinculativo, obrigacional, com as condições de compromisso para a futura contratação, inclusive com preços, especificações técnicas, fornecedores e órgãos participantes, conforme as disposições contidas neste instrumento convocatório e nas respectivas propostas aduzidas;
- 7.3.** Órgão Gerenciador é todo órgão ou entidade da Administração Pública responsável pela condução do conjunto de procedimentos do presente certame licitatório, bem como, pelo gerenciamento da futura Ata de Registro de Preços;
- 7.4.** Órgão Participante é todo órgão ou entidade da Administração Pública que participa do procedimento licitatório para Registro de Preços, bem como integrante da futura Ata de Registro de Preços;
- 7.5.** O Órgão Gerenciador do presente Registro de Preços será o Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, através da Gerência de Contratação deste Tribunal de Justiça;
- 7.6.** O presente Registro de Preços terá validade máxima de 01 (um) ano, a contar de sua assinatura.
- 7.7.** A existência do Registro de Preços não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de procedimento específico para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições;
- 7.8.** Não será permitida as adesões a Ata de Registro de Preços gerada por este Pregão.
- 7.9.** Homologado o resultado da licitação, a Gerência de Contratação deste Tribunal de Justiça, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os particulares para assinatura da Ata de Registro de Preços, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a qual se constitui em compromisso formal de fornecimento nas condições estabelecidas, observados os requisitos de publicidade e economicidade;

8. CADASTRO DE RESERVA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 8.1.** Após a homologação da licitação, o registro de preço observará, entre outras, as seguintes condições:
- 8.1.1.** Será incluído na respectiva ata, o registro dos licitantes que aceitaram, no momento da adjudicação, cotar os bens ou serviços com preços iguais ao

apresentado pelo licitante vencedor, observada a sequência da classificação do certame.

- 8.1.2.** O preço registrado com indicação dos fornecedores será divulgado por meio do portal da transparência, no sítio do Tribunal de Justiça da Paraíba, durante a vigência da respectiva ata.
- 8.1.3.** A ordem de classificação dos licitantes registrados na ata deverá ser respeitada nas contratações.
- 8.1.4.** O registro a que se refere o item acima, tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, no caso de exclusão do primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto Estadual nº 34.986/2014.
- 8.1.5.** Serão registrados na ata de registro de preços, nesta ordem:
- a) os preços e quantitativos do licitante melhor classificado durante a etapa competitiva; e
 - b) os preços e quantitativos dos licitantes que aceitarem cotar seus bens ou serviços em valor igual ao do licitante mais bem classificado.
- 8.1.6.** Se houver mais de um licitante na situação que trata a alínea “b”, do subitem 8.1.5 serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.
- 8.2.** O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a doze meses, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do Art. 15, da Lei 8.666/93.
- 8.2.1.** É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, não sendo permitindo inclusive o acréscimo de que trata o § 1º, do artigo 65, da Lei 8.666/93.
- 8.2.2.** A vigência dos contratos decorrentes do sistema de registro de preços será definida nos instrumentos convocatórios, observando o disposto no artigo 57, da lei 8.666/93.
- 8.2.3.** Os contratos decorrentes dos registros de preços poderão ser alterados, observando o disposto do artigo 65, da lei 8.666/93.
- 8.2.4.** Os contratos decorrentes do sistema de registro de preço deverão ser assinados no prazo de validade da ata de registro de preço;
- 8.3.** Os licitantes que optarem em igualar seu preço ao licitante declarado vencedor, conforme o item 4.5.6 deste edital deverá encaminhar documentação e proposta conforme o constante no item 4.5.1, inclusive obedecendo ao prazo de 03 (Três) horas, sob pena de não inclusão no cadastro de reserva da Ata de Registro de Preços;
- 8.4.** Quando do cancelamento do registro do fornecedor em virtude da ocorrência de algumas das situações descritas nos arts. 20 e 21 do Decreto Estadual nº 34.986/2014, será analisada a documentação, item 5 e 6 deste Edital, do primeiro colocado do cadastro de reserva, sendo a respectiva documentação digitalizada e repassada aos demais licitantes que fazem parte do cadastro.
- 8.4.1.** Será assegurado ao licitante classificado em primeiro lugar no respectivo cadastro a atualização da documentação que porventura esteja com seu prazo de validade vencido.

9. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

- 9.1.** Para julgamento de classificação da PROPOSTA DE PREÇOS CLASSIFICADA EM PRIMEIRO LUGAR será adotado o critério de MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE, observado as especificações técnicas. Todas as propostas deverão estar em perfeita consonância com as condições definidas neste Edital e/ou Anexo(s);
- 9.2.** O Pregoeiro poderá sanar evidentes erros materiais, que não alterem a substância da PROPOSTA, dos documentos e sua validade jurídica, bem como divergência entre o quantitativo do (s) Anexo(s) e o da PROPOSTA, reservando-se o direito de corrigir e refazer os cálculos da PROPOSTA, exceto do preço unitário;
- 9.3.** No caso de desatendimento de quaisquer exigências e especificações previamente estabelecidas no Edital e/ou Anexos, será desclassificada e/ou inabilitada e, ainda, ficará sujeita às sanções previstas no item 14 do Edital;
- 9.4.** Comprovado mediante procedimentos de avaliação que a PROPOSTA DE MENOR PREÇO GLOBAL por lote atende às exigências fixadas neste Edital e Anexos, observando-se o preço máximo global aceitável pela Administração de **R\$ 514.900,04 (Quinhentos e quatorze mil, novecentos reais e quatro centavos).**, sendo R\$ 156.354,70 para o lote 01 e R\$ 358.545,34 para o lote 02.
- Obs.1 Os lances ofertados serão no valor global de cada lote, conforme item 4.4.10 deste Edital.**
- 9.5.** Será adjudicado o objeto do certame em favor da licitante declarada vencedora pelo Pregoeiro, aquela que atender o item 9.4 e as condições de HABILITAÇÃO.

10. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

10.1. A entrega do material deverá ser realizada no prazo de **até 30 (trinta) dias corridos**, contados a partir da data do recebimento da Ordem de Fornecimento, em remessa única, no Almoxarifado do Tribunal de Justiça – localizado no Complexo Judicial de Mangabeira Situado: na Rua José Roberto Araújo de Sousa, Qd. 171, Loteamento Projeto Mariz – 3ª Etapa, s/nº, Bairro: Mangabeira, João Pessoa -PB, CEP: 58059-311, no horário das 8h às 16h (de segunda-feira a quinta-feira), e das 8h à 12h (nas sextas-feiras), mediante agendamento pelo telefone: (83) 3232-3363.

10.1.1. A entrega, montagem e instalação do mobiliário do **LOTE II** deverá ocorrer no Auditório da Escola Superior da Magistratura da Paraíba (ESMA – PB) Endereço: R. Abelardo da Silva Guimarães Barreto, S/N, Altiplano Cabo Branco, João Pessoa, CEP 58.046-110, segunda a quinta-feira das 8 às 16h e sexta das 8h00 às 12h00, podendo, excepcionalmente, ser autorizado dia e horário diferenciado de acordo com a possibilidade.

10.1.1.1. O início da montagem e instalação dos móveis deverá ocorrer no prazo de até 02 (dois) dias corridos contados da entrega provisória, mediante agendamento prévio com a Fiscalização Técnica do Contrato, cuja conclusão não poderá exceder a 05 (cinco) dias corridos do início da montagem.

10.1.2. As ordens de fornecimento serão enviadas pela fiscalização do contrato através do Sistema Gestor de Contratos do TJPB para o e-mail fornecido pela Contratada, acompanhada da respectiva Nota de Empenho, tendo o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da solicitação, para confirmação de recebimento do e-mail.

10.1.2.1. No caso de a Contratada não informar o recebimento do e-mail no prazo indicado no subitem 6.1.2, a Ordem de Fornecimento será automaticamente considerada entregue.

10.2. Os bens serão recebidos provisoriamente, logo após a entrega, pelo Fiscal Técnico, responsável pelo acompanhamento e fiscalização contratual, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

10.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo máximo de **10 (dez) dias corridos**, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

10.4. Os bens serão recebidos definitivamente, pelo Fiscal Técnico, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório (LOTE 1) e da montagem e instalação (LOTE 2), após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação.

10.4.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de recebimento, composta por, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

11. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. Em relação a dotação orçamentária, somente será exigida para formalização do contrato, não sendo necessário, neste momento, indicar a mesma conforme preceitua o §2 do Art. 7º do Decreto Estadual nº 34.986/2014 que regulamenta o Sistema de Registro de Preços.

12. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

12.1. O pagamento do objeto desta licitação obedecerá ao disposto no item “11”. **LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO**” constante no Termo de Referência Anexo ao Edital.

13. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E RECURSO

13.1. Antes da data fixada para recebimento das PROPOSTAS, qualquer pessoa poderá no prazo de até 03 (Três) dias úteis anteriores a data de abertura do procedimento, impugnar o Edital e/ou Anexo(s) do Pregão;

13.2. Não serão conhecidas as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela PROPONENTE;

13.3 A licitante deverá consultar regularmente (no mínimo diariamente) o sistema para verificar se foi declarada a vencedora e se está liberada a opção para interposição de recurso.

13.4 DECLARADA A VENCEDORA NO SISTEMA, qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada EM CAMPO PRÓPRIO DO SISTEMA, manifestar sua intenção de recorrer, apresentando o registro da síntese de suas razões em até 24 (vinte quatro) horas, contadas a partir da declaração de vencedora;

13.4.1 Precluirá o direito da licitante em recorrer nos seguintes casos: ausência de manifestação da intenção de recurso ou registro desta depois de decorrido 24 (vinte quatro) horas do registro da declaração de vencedora, autorizando, desta forma, o Pregoeiro a adjudicar o objeto à licitante vencedora;

13.4.2 A licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá encaminhar as razões do recurso, no prazo de 3 (três) dias, em documento original ou autenticado em cartório, bem como os documentos que demonstrem a capacidade legal do signatário do recurso, ficando as demais **licitantes**, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

13.4.2.1 O recurso deverá ser endereçado ao Presidente desta Corte de Justiça por intermédio do Pregoeiro no endereço e horários descritos no subitem 2.2 deste Edital, ou por e-mail: prege@tjpb.jus.br

13.4.3 Caso o licitante não apresente as razões de recurso, o Pregoeiro examinará a intenção, limitando-se sua análise apenas a síntese apresentada em campo próprio do sistema, não sendo aceitas alegações genéricas ou evasivas, que não atendam aos requisitos mínimos da linguagem como a clareza e a objetividade, o que equivalerá a ausência de manifestação de intenção de recurso.

13.4.4 Os recursos interpostos contra os atos do Pregoeiro, quando este mantiver sua decisão, serão apreciados pela autoridade competente.

13.4.5 Para efeito do disposto no § 5º do artigo 109 da Lei nº 8.666/1993, fica a vista dos autos franqueada aos interessados.

13.4.6 O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.4.7 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

13.4.8 Não pode ser objeto de recurso as questões que deveriam ser versadas na impugnação do edital porque já ficaram preclusas.

14. DAS PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

14.1. As sanções a serem aplicadas, quando for o caso, estão previstas no item 12 “**SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**” constante do TERMO DE REFERÊNCIA anexo a este edital.

14.2. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar a ata ou contrato (ou documento substitutivo dos contratos *ex vi* do art.62 da Lei nº 8.666/93), no prazo de 05 dias

úteis, contados da notificação do CONTRATANTE, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o à penalidade de multa no percentual de 20%(vinte por cento) sobre o valor global do objeto da licitação (Lote/Item).

15. FORMALIZAÇÃO DO INSTRUMENTO ATA DE REGISTRO DE PREÇO

- 15.1. A **PROPONENTE VENCEDORA** terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados a partir da convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, comprometendo-se a executar o objeto licitado na forma descrita neste Edital e/ou Anexos e nas condições previstas na respectiva proposta;
- 15.2. No ato da assinatura, a **PROPONENTE VENCEDORA** deverá apresentar e/ou encaminhar documento de procuração devidamente reconhecido em cartório, que habilite o seu representante a assinar a Ata em nome da empresa, se for o caso.

16. DA RESCISÃO

- 16.1. A contratação decorrente desta licitação poderá ser rescindida pelas partes nos termos dos artigos 77, 78, 79 e 80 da Lei 8.666/93, no que for cabível, bem como de acordo com o contido nos artigos 20 e 21 do Decreto Estadual nº 34.986/2014;
- 16.2. A adjudicatária declara reconhecer os direitos do Tribunal de Justiça previstos nos artigos 77 e 80 da Lei 8.666/1993, em caso de rescisão administrativa.
- 16.3. O contrato poderá ser rescindido, judicialmente, nos termos da legislação vigente.

17. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 17.1. O Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba poderá revogar a presente licitação, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento das participantes da licitação. O TJPB poderá, ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura;
- 17.2. A licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará imediata desclassificação da proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido a vencedora, o cancelamento do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis;
- 17.3. É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo;
- 17.4. Quaisquer tributos, custos, despesas, diretos ou indiretos omitidos da proposta ou

incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos a qualquer título, devendo o objeto ser executado sem ônus adicionais para o Tribunal de Justiça de Paraíba;

- 17.5. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação;
- 17.6. Não serão considerados motivos para desclassificação a simples omissões ou erros materiais na proposta ou da documentação, desde que sejam irrelevantes e não prejudiquem o processamento da licitação e o entendimento da proposta, e que não firam os direitos dos demais licitantes;
- 17.7. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas às licitantes, por qualquer meio que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Estado de Paraíba, bem como, quando for o caso, no Diário da Justiça.
- 17.8. Os arquivos e registros digitais serão válidos para todos efeitos legais inclusive para comprovação, prestação de contas, auditorias internas e externas;
- 17.9. Após o encerramento da sessão pública e declaração da vencedora do certame, a ata será disponibilizada na internet para acesso livre;
- 17.10. Os casos não previstos neste Edital e/ou Anexos serão decididos pelo Pregoeiro, com base nas disposições legais pertinentes à matéria;
- 17.11. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital e/ou Anexo(s), será o local da realização do certame, considerado aquele a que está vinculado o Pregoeiro.

18. DO FORO

- 18.1. Fica eleito de comum acordo entre as partes, o Foro da Comarca de João Pessoa-PB para dirimir quaisquer litígios oriundos deste contrato com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

João Pessoa, 12 de abril de 2022.

Nélson de Espíndola Vasconcelos
Pregoeiro

ANEXO I DO EDITAL – TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Aquisição de carteiras estudantis e poltronas para auditório, com montagem e instalação, através de Sistema de Registro de Preços, a fim de atender as necessidades da Escola Superior da Magistratura – ESMA, durante o período de 12 meses, conforme especificações, condições, quantidades e estimativas estabelecidas neste Termo de Referência:

LOTE I – AMPLA CONCORRÊNCIA (Lei Complementar 123/2006)					
Item	Especificação	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
01	<p>CADEIRA ESTOFADA 4 PÉS, FIXA, ESPALDAR BAIXO, COM PRANCHETA ESCAMOTEÁVEL E GRADE PORTA-LIVROS - COR PRETA, PARA DESTROS (tipo carteira universitária) com as seguintes características mínimas: Encosto: com estrutura interna produzida em polipropileno injetado e/ou madeira multilaminada com no mínimo 8,5 mm de espessura, de alta resistência, com espuma laminada ou injetada em poliuretano de espessura mínima de 30 mm, densidade mínima D26, em formato ergonômico, revestimento em poliéster na cor preta, e contracapa injetada em material termoplástico de alta resistência a impactos e abrasão; Assento: com estrutura interna produzida em polipropileno injetado e/ou madeira multilaminada com no mínimo 8,5 mm de espessura, de alta resistência, com espuma laminada ou injetada em poliuretano de espessura mínima de 32 mm, densidade mínima D33, de forma côncava na parte superior para acomodar o usuário confortavelmente por mais tempo e com borda frontal ligeiramente curvada para não obstruir a circulação sanguínea. Contracapa injetada em material termoplástico de alta resistência a impactos e abrasão. Revestimento em poliéster na cor preta. Estrutura: metálicas com 4 pés, em tudo de aço oblongo ou redondo com espessura mínima de 1,5 mm, com tratamento anticorrosivo por fosfatização, com pintura epóxi na cor preta. Terminais dos tubos com ponteiros injetadas em polietileno. Assento e encosto unidos por meio de duas estruturas equidistantes do centro feitas de tubo de aço oblongo ou redondo com espessura mínima de 1, mm na cor preta; Prancheta: mecanismo escamoteável, composto de um suporte fixo e um suporte móvel, fixado ao braço da cadeira por meio de parafusos. Confeccionada em peça de madeira prensada de MDP, com espessura mínima de 18 mm, revestida em ambas as fases em laminado melamínico de baixa pressão na cor preta e encabeçamento com perfil PVC em forma de "T" de alta resistência a impactos, anatômico, dotado de espiga de</p>	Unid.	185	R\$ 788,18	R\$ 145.813,30

PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
 DIRETORIA ADMINISTRATIVA - PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO
EDITAL DE LICITAÇÃO – MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO – Nº_014/2022
 PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO: 2021161011

	<p>encaixe no aglomerado para evitar a depredação do produto e garantir a integridade do mesmo por muito mais tempo ou injetada em ABS texturizado. A prancheta rebatível deve ter área mínima útil retangular de 210 x 297mm; Suporte porta-livros: pastas para cadeiras fixas, com dimensões mínimas de 320 mm de profundidade e 380 mm de largura, no formato de grade com aba para acondicionamento de pastas e livros, com espaçamento máximo de 55 mm entre as aletas, fixado abaixo do assento, confeccionado em aço, com acabamento uniforme sem pontas ou arestas. Dimensões: Profundidade do assento: 460mm Largura do assento: 460mm Largura do encosto: 460mm Altura do piso até a parte de cima do assento: 460mm Altura total da cadeira (do piso até a parte de cima do encosto): 900mm. Para todas as dimensões relativo a profundidade do assento, largura do assento, largura do encosto, altura do piso até a parte de cima do assento, altura total da cadeira (do piso até a parte de cima do encosto), poderá ter uma variação de 5% (cinco pontos percentuais) para mais ou para menos, COM EXCEÇÃO da medida recomendada da prancheta que deverá, independente do seu formato, ter área mínima útil retangular de 210 x 297 mm para acomodar um caderno/folha de A4. Garantia e assistência técnica mínima de 05 (cinco) anos a partir do recebimento definitivo do produto neste Poder Judiciário.; - Devem estar em conformidade com as normas de ergonomia (NR17), do Ministério do Trabalho (Ergonomia), em sua versão mais recente, assinado por Médico do Trabalho e /ou Engenheiro de Segurança do Trabalho, ambos devidamente inscritos nos respectivos conselhos regionais que regulamentam as profissões: CRM – Conselho Regional de Medicina e CREA – Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura; -Certificado de Procedência da Madeira (deverá ser apresentado Certificado ambiental comprovando a utilização de madeira legal e proveniente de manejo florestal responsável ou de reflorestamento (FSC) ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre esta exigência); - NBR 8094: 1983, versão mais recente - Corrosão por exposição em câmara de névoa salina de no mínimo 1000h (material metálico) em virtude da ESMA esta situada na região litorânea, bem próximo ao mar com níveis maiores de umidade, fato que o perigo invisível “maresia” destrói estruturas, causa corrosão, mofo, danos em vários objetos</p>				
02	<p>CADEIRA ESTOFADA 4 PÉS, FIXA, ESPALDAR BAIXO, COM PRANCHETA ESCAMOTEÁVEL E GRADE PORTA-LIVROS - COR PRETA, PARA CANHOTO (tipo carteira universitária) com as seguintes características mínimas: Encosto: com estrutura interna produzida em polipropileno injetado e/ou madeira</p>	Unid.	10	R\$ 662,92	R\$ 6.629,20

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA - PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO
EDITAL DE LICITAÇÃO – MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO – N°_014/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO: 2021161011

	<p> multilaminada com no mínimo 8,5 mm de espessura, de alta resistência, com espuma laminada ou injetada em poliuretano de espessura mínima de 30 mm, densidade mínima D26, em formato ergonômico, revestimento em poliéster na cor preta, e contracapa injetada em material termoplástico de alta resistência a impactos e abrasão; Assento: com estrutura interna produzida em polipropileno injetado e/ou madeira multilaminada com no mínimo 8,5 mm de espessura, de alta resistência, com espuma laminada ou injetada em poliuretano de espessura mínima de 32 mm, densidade mínima D33, de forma côncava na parte superior para acomodar o usuário confortavelmente por mais tempo e com borda frontal ligeiramente curvada para não obstruir a circulação sanguínea. Contracapa injetada em material termoplástico de alta resistência a impactos e abrasão Revestimento em poliéster na cor preta. Estrutura: metálicas com 4 pés, em tudo de aço oblongo ou redondo com espessura mínima de 1,5 mm, com tratamento anticorrosivo por fosfatização, com pintura epóxi na cor preta. Terminais dos tubos com ponteiros injetadas em polietileno. Assento e encosto unidos por meio de duas estruturas equidistantes do centro feitas de tubo de aço oblongo ou redondo com espessura mínima de 1,5 mm na cor preta; Prancheta: mecanismo escamoteável , composto de um suporte fixo e um suporte móvel, fixado ao braço da cadeira por meio de parafusos. Confeccionada em peça de madeira prensada de MDP, com espessura mínima de 18 mm, revestida em ambas as fases em laminado melamínico de baixa pressão na cor preta e encabeçamento com perfil PVC em forma de “T” de alta resistência a impactos, anatômico, dotado de espiga de encaixe no aglomerado para evitar a depredação do produto e garantir a integridade do mesmo por muito mais tempo ou injetada em ABS texturizado. A prancheta rebatível deve ter área mínima útil retangular de 210 x 297mm; Suporte porta-livros: pastas para cadeiras fixas, com dimensões mínimas de 320 mm de profundidade e 380 mm de largura, no formato de grade com aba para acondicionamento de pastas e livros, com espaçamento máximo de 55 mm entre as aletas, fixado abaixo do assento, confeccionado em aço, com acabamento uniforme sem pontas ou arestas. Dimensões: Profundidade do assento: 460mm Largura do assento: 460mm Largura do encosto: 460mm Altura do piso até a parte de cima do assento: 460mm Altura total da cadeira (do piso até a parte de cima do encosto): 900mm. Para todas as dimensões relativo a profundidade do assento, largura do assento, largura do encosto, altura do piso até a parte de cima do assento, altura total da cadeira (do piso até a parte de cima do encosto), poderá ter uma variação de 5% (cinco pontos </p>				
--	--	--	--	--	--

PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
 DIRETORIA ADMINISTRATIVA - PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO
EDITAL DE LICITAÇÃO – MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO – Nº_014/2022
 PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO: 2021161011

	<p>percentuais) para mais ou para menos, COM EXCEÇÃO da medida recomendada da prancheta que deverá, independente do seu formato, ter área mínima útil retangular de 210 x 297 mm para acomodar um caderno/folha de A4. Garantia e assistência técnica mínima de 05 (cinco) anos a partir a partir do recebimento definitivo do produto neste Poder Judiciário; -Devem também estar em conformidade com as normas de ergonomia (NR17), do Ministério do Trabalho (Ergonomia), em sua versão mais recente, assinado por Médico do Trabalho e ou Engenheiro de Segurança do Trabalho, ambos devidamente inscritos nos respectivos conselhos regionais que regulamentam as profissões: CRM – Conselho Regional de Medicina e CREA – Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura; -Apresentar Certificado ambiental comprovando a utilização de madeira legal e proveniente de manejo florestal responsável ou de reflorestamento (FSC) ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre esta exigência); -NBR 8094: 1983, versão mais recente - Corrosão por exposição em câmara de névoa salina de no mínimo 1000h (material metálico) em virtude da ESMA esta situada na região litorânea, bem próximo ao mar com níveis maiores de umidade, fato que o perigo invisível “maresia” destrói estruturas, causa corrosão, mofo, danos em vários objetos.</p>				
03	<p>CADEIRA ESTOFADA 4 PÉS, FIXA, ESPALDAR BAIXO, COM PRANCHETA ESCAMOTEÁVEL E GRADE PORTA-LIVROS - COR PRETA, PARA PESSOAS OBESAS (tipo carteira universitária) com as seguintes características mínimas: Encosto: com estrutura interna produzida em polipropileno injetado e/ou madeira multilaminada , de alta resistência, com espuma laminada ou injetada em poliuretano, em formato ergonômico, revestimento em poliéster na cor preta, e contracapa injetada em material termoplástico de alta resistência a impactos e abrasão; Assento: com estrutura interna produzida em polipropileno injetado e/ou madeira multilaminada, de alta resistência, com espuma laminada ou injetada em poliuretano, de forma côncava na parte superior para acomodar o usuário confortavelmente por mais tempo e com borda frontal ligeiramente curvada para não obstruir a circulação sanguínea. Contracapa injetada em material termoplástico de alta resistência a impactos e abrasão Revestimento em poliéster na cor preta. Estrutura: metálicas com 4 pés, em tudo de aço oblongo ou redondo, com tratamento anticorrosivo por fosfatização, com pintura epóxi na cor preta. Terminais dos tubos com ponteiros injetadas em polietileno. Assento e encosto unidos por meio de duas estruturas equidistantes do centro feitas de tubo de aço oblongo ou redondo na cor preta; Prancheta: mecanismo escamoteável , composto de um suporte fixo e um suporte móvel, fixado ao</p>	Unid.	05	R\$ 782,44	R\$ 3.912,20

PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
 DIRETORIA ADMINISTRATIVA - PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO
EDITAL DE LICITAÇÃO – MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO – Nº_014/2022
 PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO: 2021161011

	<p>braço da cadeira por meio de parafusos. Confeccionada em peça de madeira prensada de MDP, com espessura mínima de 18 mm, revestida em ambas as faces em laminado melamínico de baixa pressão na cor preta e encabeçamento com perfil PVC em forma de “T” de alta resistência a impactos, anatômico, dotado de espiga de encaixe no aglomerado para evitar a depredação do produto e garantir a integridade do mesmo por muito mais tempo ou injetada em ABS texturizado A prancheta rebatível deve ter área mínima útil retangular de 210 x 297 mm; Suporte porta-livros: pastas para cadeiras fixas, no formato de grade com aba para acondicionamento de pastas e livros, com espaçamento, fixado abaixo do assento, confeccionado em aço, com acabamento uniforme sem pontas ou arestas. -Garantia e assistência técnica mínima de 05 (cinco) anos a partir do recebimento definitivo do produto neste Poder Judiciário; - As cadeiras para PESSOAS OBESAS (P.O). devem seguir às recomendações da NBR 9050 quanto às dimensões mínimas e capacidade de carga. -Devem estar em conformidade com as normas de ergonomia (NR17), do Ministério do Trabalho (Ergonomia), em sua versão mais recente, assinado por Médico do Trabalho e ou Engenheiro de Segurança do Trabalho, ambos devidamente inscritos nos respectivos conselhos regionais que regulamentam as profissões: CRM – Conselho Regional de Medicina e CREA – Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura; -Certificado de Procedência da Madeira (deverá ser apresentado Certificado ambiental comprovando a utilização de madeira legal e proveniente de manejo florestal responsável ou de reflorestamento (FSC) ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre esta exigência); -NBR 8094: 1983, versão mais recente- Corrosão por exposição em câmara de névoa salina de no mínimo 1000h (material metálico) em virtude da ESMA esta situada na região litorânea, bem próximo ao mar com níveis maiores de umidade, fato que o perigo invisível “maresia” destrói estruturas, causa corrosão, mofo, danos em vários objetos</p>				
Total					R\$ 156.354,70

LOTE II – AMPLA CONCORRÊNCIA (Lei Complementar 123/2006)					
Item	Especificação	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
01	POLTRONAS DE AUDITÓRIO com as seguintes características mínimas: Com assento rebatível sem prancheta; Encosto: Confeccionado com interno em madeira compensada multilaminada e prensada de alta resistência, com espessura mínima de 12 mm. Espuma injetada em poliuretano flexível	Und.	168	R\$ 2.117,02	R\$ 355.659,36

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA - PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO
EDITAL DE LICITAÇÃO – MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO – Nº_014/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO: 2021161011

<p>com densidade mínima de 45 Kg/m3. Capa de proteção/acabamento injetada em polipropileno texturizada e fixada na parte posterior. Espuma do encosto com uma espessura mínima na região de apoio lombar de 90 mm. Dimensões do encosto: Extensão vertical (altura) do encosto: 540 mm Largura do encosto: 470 mm Revestimento em couro ecológico na cor bege. Assento: Confeccionado em madeira compensada multilaminada e prensada de alta resistência, de espessura mínima de 12 mm. Espuma injetada em poliuretano flexível com densidade mínima e 45Kg/m3. Capa de proteção/ acabamento injetada em polipropileno texturizado e fixada na parte posterior. Sistema rebatível do assento realizado por mola alta resistência. Espuma do assento com espessura mínima de 50 mm. Dimensões do assento: Profundidade do assento: 470 mm; Largura do assento: 450 mm. Altura do piso até a parte de cima do assento: 450mm. Altura total da poltrona (do piso até a parte de cima do encosto): 910mm. Profundidade total aberta MÁXIMA (do encosto até a ponta do assento): 670mm. Para todas as dimensões relativo a profundidade do assento, largura do assento, altura do encosto, largura do encosto, altura do piso até a parte de cima do assento, altura total da poltrona (do piso até a parte de cima do encosto e profundidade total aberta Máxima (do encosto até a parte de cima do encosto), poderá ter uma variação de 5% (cinco pontos percentuais) para mais ou para menos. Peso: Peso por pessoa de no mínimo 110 Kg Revestimento em couro ecológico na cor bege; Pé da Poltrona Lado Esquerdo Sem Prancheta Estrutura: Estrutura lateral lado esquerdo sem prancheta injetada pelo processo de gás assistido em termoplástico de alta resistência. Em aço, com tratamento e superfície e pintura eletrostática soldada através de sistema MIG, Parte superior da lateral dotado de apoia-braço com alma interna em aço de alta resistência e recoberto com poliuretano integral skintexturizado, com tampa de fechamento lateral para poltrona injetado (resina termoplástica) na cor preta Fixação: Com dispositivo para fixar no piso. Deverá ter um sistema que minimize as vibrações decorrentes da movimentação dos usuários da mesma fileira, para proporcionar mais conforto e bem-estar dos usuários. Garantia e assistência técnica de, no mínimo, 05 anos a partir do recebimento definitivo do produto neste Poder Judiciário;. -Devem estar em conformidade com as normas de ergonomia (NR17), do Ministério do Trabalho (Ergonomia), em sua versão mais recente, assinado por Médico do Trabalho e ou Engenheiro de Segurança do Trabalho, ambos devidamente inscritos nos respectivos conselhos regionais que regulamentam as</p>				
---	--	--	--	--

PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
 DIRETORIA ADMINISTRATIVA - PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO
EDITAL DE LICITAÇÃO – MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO – Nº_014/2022
 PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO: 2021161011

	<p>profissões: CRM – Conselho Regional de Medicina e CREA – Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura; -Ensaio de absorção sonora (NBR 17025:2001) em versões mais recentes; -Certificação de acordo com a NBR 15878, em sua versão mais recente, emitido por um OCP- Organismo Certificador de Produto, acreditado pelo INMETRO; -Certificado de Procedência da Madeira (deverá ser apresentado Certificado ambiental comprovando a utilização de madeira legal e proveniente de manejo florestal responsável ou de reflorestamento (FSC) ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre esta exigência). -NBR 8094: 1983, versão mais recente - Corrosão por exposição em câmara de névoa salina de no mínimo 1000h (material metálico) em virtude da ESMA esta situada na região litorânea, bem próximo ao mar com níveis maiores de umidade, fato que o perigo invisível “maresia” destrói estruturas, causa corrosão, mofo, danos em vários objetos. Incluindo serviços de montagem e instalação.</p>				
02	<p>POLTRONAS DE AUDITÓRIO PARA OBESOS, com as seguintes características mínimas: Poltrona completa para obesos: Confeccionada com interno em madeira compensada moldada com compressão quente. Espuma injetada em poliuretano flexível. Capa de proteção/acabamento injetada em poliuretano texturizado e fixada na parte posterior. Revestimento em couro ecológico na cor bege. Encosto sem rebatimento (sistema fixo) Assento: Confeccionado com interno em madeira compensada; Espuma injetada em poliuretano flexível. Capa de proteção/acabamento injetada em polipropileno texturizado e fixada na parte posterior. Sistema rebatível do assento realizado por mola de alta resistência. Peso: Peso por pessoa de no mínimo 250Kg Revestimento: em couro ecológico na cor bege. Garantia e assistência técnica de, no mínimo, 05 anos a partir da entrega do produto neste Poder Judiciário. Ensaio de absorção sonora (NBR 17025:2001) em versões mais recentes; -A poltrona para obeso (P.O) deve seguir às recomendações da NBR 9050 quanto às dimensões mínimas e capacidade de carga. -NBR 8094: 1983, versão mais recente - Corrosão por exposição em câmara de névoa salina de no mínimo 1000h (material metálico) em virtude da ESMA esta situada na região litorânea, bem próximo ao mar com níveis maiores de umidade, fato que o perigo invisível “maresia” destrói estruturas, causa corrosão, mofo, danos em vários objetos. Incluindo serviços de montagem e instalação.</p>	Und.	01	R\$ 2.885,98	R\$ 2.885,98
Total					R\$ 358.545,34

1.2. Na proposta deverão ser apresentadas, ainda, quaisquer outras informações afins que o proponente julgar necessárias ou convenientes.

1.3. Os preços propostos deverão respeitar como limite máximo os valores unitários estimados para cada item dos Lotes.

1.4. O valor estimado para aquisição de todos os itens é de R\$ 514,900,04 (Quinhentos e quatorze mil, novecentos reais e quatro centavos).

2. JUSTIFICATIVA:

2.1. Justifica-se a aquisição pretendida tendo em vista a necessidade de acomodação dos usuários da ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA - ESMA/PB com conforto, segurança, e acessibilidade, obedecendo o detalhamento de projetos de arquitetura anexados, pelos motivos exposto abaixo:

a) Considerando que a ESMA tem competência de apoiar e acompanhar a execução dos cursos, treinamentos e ainda de realizar a manutenção dos suportes necessários ao ensino, tais como: salas de aulas e auditório.

b) Considerando que as cadeiras existentes nas salas de aulas da escola foram adquiridas há mais de dez anos, estando bastante deterioradas pelo tempo de uso e fora do padrão e cores.

c) Considerando a infestação de cupins nas cadeiras de auditório que vem comprometendo a segurança e integridade física dos usuários daquele espaço, onde o avançado estágio da infestação, tornou o reparo das cadeiras inviável em virtude dos valores onerosos dos serviços garantidos apenas por 90 dias.

2.2 O quantitativo de cadeiras para as salas de aulas foi mensurado com base na quantidade de salas existentes na Unidade.

2.3. Não será reservada cota exclusiva para Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte em razão de representar prejuízo ao conjunto do objeto a ser contratado, com amparo no art. 49, III, da Lei Complementar nº 123/2006.

2.4. Da divisão por lotes e não por itens:

2.4.1. Justifica-se a justaposição de itens em lotes tendo em vista a padronização dos bens no mesmo ambiente.

2.5. Justifica-se a utilização do Sistema de Registro de Preços, tendo em vista ser mais vantajosa para o TJPB a aquisição dos produtos de forma parcelada.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 10.520/2002.

4. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

4.1. Considerando a natureza do objeto a ser contratado, o padrão de excelência que se deseja alcançar e os resultados esperados, tendo em vista as expectativas deste Tribunal de Justiça, mostra-se significativo que as empresas candidatas demonstrem condições, em proporção razoável, de experiência comprovada no fornecimento de bens compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, apresentando no mínimo o seguinte:

a) LOTE I - A licitante deverá comprovar, por meio de atestado(s) de capacidade técnica, ter CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL no fornecimento de 100 (cem) cadeiras ou mais;

b) LOTE II - A licitante deverá comprovar, por meio de atestado(s) de capacidade técnica, ter CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL no fornecimento de 80 (oitenta) poltronas de auditório ou mais;

4.1.2. As comprovações poderão ser apresentadas por meio de um ou mais atestados de capacidade técnica;

4.1.3. Os atestados de capacidade técnica deverão ser obrigatoriamente emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, contendo nome, cargo e número de telefone institucional para contato do emitente;

4.1.4. O TJPB reserva-se ao direito de fazer diligências para confirmar as informações necessárias para comprovar a qualificação técnica.

4.2. Catálogos ou *folders* de cada linha cotada, para análise de compatibilidade aos produtos licitados;

4.3. Declaração expressa e sob as penas da lei, de que, classificada em primeiro lugar no Lote/Certame, compromete-se a:

Arcar, quando solicitado pelo TJPB, com todas as despesas decorrentes dos procedimentos de análise ou teste probatório de qualidade dos bens fornecidos, bem assim, com o fornecimento, sem ônus adicional para o TJPB, de amostras dos itens que tenha arrematado, sem que isso implique em antecipação de entrega de material;

Fornecer produtos novos, de primeiro uso, industrializados/fabricados de acordo com as normas técnicas em vigor, de boa qualidade e de excelente aceitação no mercado, bem assim com prazo de garantia e assistência técnica on site de acordo com as exigências contidas

nas especificações dos respectivos itens, contado da data de recebimento definitivo dos produtos pelo TJPB.

5. DA APRESENTAÇÃO DAS AMOSTRAS:

5.1. Será exigido do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente amostra(s), do **Item 01 do LOTE I** e **Item 01 do LOTE II**, para a verificação da compatibilidade com as especificações deste Termo de Referência e conseqüente aceitação da proposta.

5.1.1. As amostras deverão ser entregues no Almojarifado do Tribunal de Justiça, localizado na Rua José Roberto Araújo de Sousa, Qd. 171, Loteamento Antônio Mariz, 3ª Etapa, Mangabeira – João Pessoa/PB, em dia de expediente, no horário de segunda a quinta-feira das 8 às 16h, e nas sextas feiras das 8h às 12h, e repassados à Gerência de Material, Patrimônio e Acervo e à Gerência de Engenharia e Arquitetura para que as analisem, assim como, para que fique(m) à disposição dos demais licitantes ou pessoas físicas que queiram analisá-los;

5.1.2. O prazo para entrega das amostras é de 10 (dez) dias corridos, contados da solicitação emitida pelo Pregoeiro, recaindo sobre o licitante a responsabilidade pelo cumprimento do aludido prazo, independentemente da forma escolhida para envio dos produtos;

5.1.3. Caso opte pelo envio das amostras através de serviços de entrega, os licitantes têm o prazo de até 02 (dois) dias úteis, contados da solicitação emitida pelo Pregoeiro, para comprovação da postagem dos produtos que serão submetidos à análise;

5.1.4. A amostra deverá estar devidamente identificada com o nome do licitante, lote, item, conter os respectivos prospectos e dispor de informações quanto às suas características, a exemplo de quantidade do produto, sua marca, número de referência, código do produto e modelo;

5.1.5. A data e horário de inspeção para o julgamento técnico serão divulgados previamente para que os licitantes interessados possam estar presentes. O fornecedor poderá indicar o nome de um representante técnico da empresa que se responsabilizará pelo acompanhamento da análise das amostras;

5.1.6. O atraso ou não comparecimento do representante técnico, quando do período de análise do(s) produtos, não acarretará adiamento da avaliação.

5.2. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados, desmontados ou instalados pela equipe técnica responsável pela análise, bem como conectados a equipamentos e submetidos aos testes necessários;

5.3. Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes;

5.4. As amostras serão analisadas pela equipe técnica do TJPB, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a qual emitirá parecer onde constará aprovada sem ressalvas, aprovada com ressalvas ou reprovada.

5.4.1. Para efeito de avaliação dos materiais, será levada em conta a conformidade com as especificações e características, qualidade, acabamento, funcionalidade, ao fim a que se destinam e, principalmente, o seguinte:

- a) Quanto à qualidade: apresentação do material no que diz respeito à matéria prima utilizada;
- b) Quanto ao acabamento: o esmero na fabricação do móvel, tais como, arestas, junção das peças, lixamento, pintura, etc.;
- c) Quanto à funcionalidade: se atende ao correto manuseio, se está de acordo com as exigências citadas nas especificações em condições normais e sem danos.

5.5. A hipótese de “aprovação com ressalvas” somente ocorrerá caso as citadas ressalvas refiram-se a itens de mera aparência (pormenores de acabamento, coloração e outros itens que não impliquem incerteza quanto à qualidade e funcionalidade do objeto). Nesse caso, a licitante deverá apresentar declaração garantindo que o material será entregue com todos os itens apontados no parecer devidamente corrigidos.

5.6. A não apresentação, no prazo previsto no item 5.1.2 e/ou 5.1.3., ou reprovação da amostra desclassifica o licitante.

5.6.1. No caso de reprovação, o(s) material(is) ficará(ão) à disposição das licitantes para retirada no local da entrega.

5.7. Em sendo aprovada, a amostra **não será contada** como unidade entregue, devendo permanecer à disposição do TJPB para fins de comparação com os bens a serem adquiridos, só podendo ser retirado pela empresa licitante após a conclusão do recebimento definitivo.

6. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

6.1. A entrega do material deverá ser realizada no prazo de **até 30 (trinta) dias corridos**, contados a partir da data do recebimento da Ordem de Fornecimento, em remessa única, no Almoxarifado do Tribunal de Justiça – localizado no Complexo Judicial de Mangabeira Situado: na Rua José Roberto Araújo de Sousa, Qd. 171, Loteamento Projeto Mariz – 3ª Etapa, s/nº, Bairro: Mangabeira, João Pessoa -PB, CEP: 58059-311, no horário das 8h às 16h (de segunda-feira a quinta-feira), e das 8h à 12h (nas sextas-feiras), mediante agendamento pelo telefone: (83) 3232-3363.

6.1.1. A entrega, montagem e instalação do mobiliário do **LOTE II** deverá ocorrer no Auditório da Escola Superior da Magistratura da Paraíba (ESMA – PB) Endereço: R. Abelardo da Silva Guimarães Barreto, S/N, Altiplano Cabo Branco, João Pessoa, CEP 58.046-110, segunda a quinta-feira das 8 às 16h e sexta das 8h00 às 12h00, podendo, excepcionalmente, ser autorizado dia e horário diferenciado de acordo com a possibilidade.

6.1.1.1. O início da montagem e instalação dos móveis deverá ocorrer no prazo de até 02 (dois) dias corridos contados da entrega provisória, mediante agendamento prévio com a Fiscalização Técnica do Contrato, cuja conclusão não poderá exceder a 05 (cinco) dias corridos do início da montagem.

6.1.2. As ordens de fornecimento serão enviadas pela fiscalização do contrato através do Sistema Gestor de Contratos do TJPB para o e-mail fornecido pela Contratada, acompanhada da respectiva Nota de Empenho, tendo o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da solicitação, para confirmação de recebimento do e-mail.

6.1.2.1. No caso de a Contratada não informar o recebimento do e-mail no prazo indicado no subitem 6.1.2, a Ordem de Fornecimento será automaticamente considerada entregue.

6.2. Os bens serão recebidos provisoriamente, logo após a entrega, pelo Fiscal Técnico, responsável pelo acompanhamento e fiscalização contratual, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

6.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo máximo de **10 (dez) dias corridos**, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.4. Os bens serão recebidos definitivamente, pelo Fiscal Técnico, mediante recebimento de relatório circunstanciado da Comissão de Recebimento de Bens Permanentes, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório (LOTE 1) e da montagem e instalação (LOTE 2), após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação.

6.4.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de recebimento, composta por, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

7. DA GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA:

7.1. O prazo de garantia do objeto ora contratado, contra eventuais defeitos de transporte e fabricação dos produtos ofertados, sem qualquer ônus para a Administração, será de, no mínimo, 05 (cinco) anos para todos os itens licitados, contando-se:

7.1.1. Da data do recebimento definitivo do objeto, em se tratando de vícios aparentes ou de fácil constatação;

7.1.2. Da evidência do defeito, nos casos de vícios ocultos.

7.2. Durante o prazo de garantia, deverá ser efetuado os consertos e substituições das cadeiras/poltronas que apresentarem defeitos, sem qualquer custo adicional para o TJPB. O móvel que, após entrega e aceite, dentro do prazo de garantia, apresente defeitos de fabricação, deverá ser substituído em 15 dias ou recuperado em 10 dias (observado o prazo da assistência técnica), contados do recebimento de comunicação do TJPB;

7.3. Durante o prazo de garantia, a empresa deverá fornecer todos os esclarecimentos e as informações técnicas que venham a ser solicitadas pelo TJPB, sobre os materiais adquiridos e serviços executados;

7.4. Os chamados para Assistência Técnica deverão ser iniciados em até no máximo 72 (setenta e duas) horas e concluídos, no máximo, em 10 (dez) dias, sem qualquer ônus para o TJPB;

7.5. A assistência técnica deverá ser realizada no local em que o móvel se encontra, caso seja necessária a saída do móvel para reparação em outro local, deverá ser feita a substituição por móvel igual ou superior, no mesmo padrão. Este móvel deverá ficar à disposição do TJPB até que o original venha a ser consertado.

8. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

8.1. A execução do objeto licitado deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo Fiscal Técnico, Servidor Everton Procópio de Souza, mat. 473.913-2, especialmente designado, permitida a assistência de terceiros, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/1993.

8.2. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto licitado, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

8.3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666/1993.

8.4. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e

responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/1993.

9. OBRIGAÇÕES DO TJPB:

9.1. São obrigações do TJPB:

- a) Gerenciar a Ata de Registro de Preços, indicando, sempre que solicitado, os nomes dos fornecedores, os preços, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;
- b) Convocar o fornecedor registrado, para assinatura da Ata de Registro de Preços, via assinatura eletrônica através do Sistema Gestor de Contratos do TJPB ou por *e-mail*;
- c) Observar para que, durante a vigência da ARP, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;
- d) Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, bem ainda procedimento de aplicação de penalidades;
- e) Expedir a Ordem de Fornecimento;
- f) Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela contratada para a fiel execução do avençado;
- g) Permitir acesso dos profissionais da Contratada às dependências do Tribunal (ESMA) para a execução dos serviços (montagem/instalação);
- h) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- i) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- j) Notificar o Fornecedor, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- k) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Fornecedor, através de servidor/comissão especialmente designado(a);
- l) Efetuar o pagamento ao Fornecedor no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência.

9.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Fornecedor com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de

ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9.3. O tratamento de dados pessoais pelo TJPB observará o disposto na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais) e será realizado para o atendimento de sua finalidade pública, na persecução do interesse público, com o objetivo de executar as competências legais ou cumprir as atribuições legais do serviço público, bem como a plena execução contratual.

10. OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

10.1. O Fornecedor deve cumprir todas as obrigações constantes do Edital licitatório (e seus anexos), e da sua Proposta, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, assumindo, como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, obrigando-se, ainda a:

- a) Assinar a Ata de Registro de Preços, bem como os contratos (ou documento substitutivo dos contratos *ex vi* do art. 62 da Lei 8.666/93) dela decorrentes, quando for o caso, além da retirada da respectiva Nota de Empenho, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação/notificação;
- b) Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, procedência e prazo de validade;
- c) Respeitar as normas de controle de bens e de fluxo de pessoas nas dependências do TJPB;
- d) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), devendo ressarcir os eventuais prejuízos causados à Administração e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas, ficando o Contratante autorizado a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- e) Substituir às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o produto com avarias ou defeitos;
- f) Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- g) Manter, durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar ao TJPB a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições;
- h) Fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades se encontrem vencidas;

i) Indicar preposto para representá-la durante a execução contratual.

10.2. O tratamento de dados pessoais pelo FORNECEDOR observará o disposto na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais) e será realizado para o atendimento de sua finalidade pública, na persecução do interesse público, com o objetivo de executar as competências legais ou cumprir as atribuições legais do serviço público, bem como a plena execução contratual.

10.3. São expressamente vedadas ao beneficiário da nota de empenho:

10.3.1. A veiculação de publicidade acerca deste fornecimento, salvo se houver prévia autorização do TJPB;

10.3.2. A subcontratação do objeto licitado;

10.3.3. A contratação de servidor requisitado, a disposição e/ou pertencente ao quadro de pessoal do TJPB, durante a vigência desta avença.

11. DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

11.1. Para fins de liquidação e pagamento, a Contratada deve inserir no Sistema Gestor de Contratos, em arquivo digital, na forma indicada pela fiscalização do TJPB, os seguintes documentos:

11.1.1. Nota fiscal com descrição resumida do objeto, número da nota de empenho, mês de competência da entrega dos materiais; Certidões de Regularidade Fiscal (Federal, Estadual e Municipal), Trabalhista e Certidão de Regularidade do FGTS – CRF, todas válidas;

11.1.2. Consulta ao site oficial ou Declaração de optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições – SIMPLES, se for o caso;

11.2. O pagamento será efetuado pelo Contratante no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura e dos respectivos documentos comprobatórios, mediante ordem bancária creditada em conta-corrente da Contratada.

11.3. O pagamento somente será efetuado após o recebimento definitivo do objeto e o consequente aceite da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada, pelo servidor competente ou comissão responsável, condicionado à verificação da conformidade da documentação discriminada no subitem 11.1 e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

11.3.1. Eventual situação de irregularidade fiscal da Contratada não impede o pagamento, se o fornecimento tiver sido prestado e atestado. Tal hipótese ensejará, entretanto, a necessidade de formalização de pedido de liberação de pagamento endereçado ao Ordenador de Despesa e poderá ocasionar o sancionamento da empresa e rescisão contratual.

11.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura/Boleto ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento

iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

11.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.5.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação da documentação exigida no subitem 11.1.2.

11.6. O Contratante pode deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela Contratada, de acordo com o previsto neste Termo de Referência.

11.7. O pagamento será efetuado por meio de Autorização de Pagamento, mediante depósito em conta-corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada.

11.8. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a Autorização de Pagamento.

11.9. O Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada.

11.10. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo adimplemento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$

$I = (6/100) / 365$

$I = 0,00016438$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

12. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. O FORNECEDOR que cometer qualquer das infrações previstas na Lei nº 8.666/1993 e na Lei nº 10.520/2002, sem prejuízo da responsabilidade civil e

criminal, ficará sujeita às seguintes sanções:

12.1.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

12.1.2. Multa de:

a) 1% (um por cento) ao dia, sobre o valor constante da Ordem de Fornecimento emitida, no caso de atraso injustificado no fornecimento do material, limitado a 10 (dez) dias;

b) 15% (quinze por cento) sobre o valor constante da Ordem de Fornecimento emitida, no caso de atraso injustificado no fornecimento do material superior a 10 (dez) dias, na hipótese da aceitação do objeto pela Administração;

c) 20% (vinte por cento) sobre o valor constante da Ordem de Fornecimento emitida, no caso de atraso injustificado no fornecimento do material superior a 10 (dez) dias, na hipótese de não aceitação do objeto pela Administração, configurando-se, nesta hipótese, a inexecução total da ordem de fornecimento emitida;

d) 1% (um por cento) ao dia, sobre o valor constante da Ordem de Fornecimento emitida, no caso de atraso injustificado para substituição de material que não atender os requisitos do edital, limitado a 10 (dez) dias;

e) 15% (quinze por cento) sobre o valor constante da Ordem de Fornecimento emitida, no caso de atraso injustificado, superior a 10 (dez) dias, para substituição de material que não atendam aos requisitos do edital, na hipótese da aceitação do objeto pela Administração;

f) 20% (vinte por cento) sobre o valor constante da Ordem de Fornecimento emitida, no caso de atraso injustificado, superior a 10 (dez) dias, para substituição de material que não atendam aos requisitos do edital, na hipótese de não aceitação do objeto pela Administração, configurando-se, nesta hipótese, a inexecução total da ordem de fornecimento emitida;

g) 10% (dez por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços, no caso de não aceitar manter o compromisso assumido quanto aos preços registrados, sem prejuízo das demais consequências oriundas da rescisão unilateral da avença;

h) Multa de 20% (vinte por cento) do valor total da Ata de Registro de Preços, quando o Fornecedor:

h.1) Transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratual, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;

h.2) Fraudar no fornecimento do objeto da contratação;

h.3) apresentar comportamento inidôneo, tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/1993.

h.4) Recusar-se a assinar a Ata de Registro de Preços;

12.1.3. Impedimento de licitar e contratar com o Tribunal de Justiça da Paraíba e a Administração Pública Estadual, e descredenciamento do Registro Cadastral (CECH), pelo prazo de até cinco anos;

12.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

12.2. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se no que couber as disposições da Lei nº 8.666/1993;

12.3. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

12.4. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

12.5. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao beneficiário da nota de empenho.

12.5.1. Se o valor do pagamento for insuficiente, fica o beneficiário da nota de empenho obrigado a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.

12.6. As penalidades previstas nos subitens 12.1.3 e 12.1.4. importarão na inclusão da Contratada no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com o Estado da Paraíba - CAFIL/PB e no Cadastro de Empresas Impedidas e Suspensas - CEIS.

13. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. Não será admitida a adesão à Ata de Registro de Preços decorrente desta licitação.

14. UNIDADE FISCALIZADORA:

14.1. Gerência de Material, Patrimônio e Acervo

15. UNIDADE RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

15.1. Gerência de Contratação – GECON

16. ANEXO

16.1. Projeto Arquitetônico

João Pessoa/PB. Documento datado e assinado digitalmente.

José Elton de Souza e Silva
Supervisor da Gerência de Contratação
Mat.: 478.466-9

ANEXO II DO EDITAL– MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº _____/2022.

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA, com sede na Praça João Pessoa, s/nº, Centro, João Pessoa/PB, inscrito no CNPJ sob o nº 09.283.185/0001-63, neste ato representado pelo seu Presidente, Desembargador Saulo Henriques de Sá e Benevides, doravante denominado simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR, e _____, inscrita no CNPJ nº _____, com sede na _____, CEP _____, no Município de _____, denominado(a) FORNECEDOR, neste ato representada pelo(a) Senhor(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade nº _____ e CPF nº _____, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 2021161011, e o resultado final do Pregão Eletrônico nº ___/_____, e em observância à Lei nº 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Federal nº 7.892/2013, Decreto Federal nº 10.024/2019, Lei Estadual nº 9.697/2012, Decreto Estadual nº 34.986/2014, à Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), como também pela Resolução TJPB nº 15/2014, Ato da Presidência TJPB nº 88/2019 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/1993, e demais legislações correlatas, resolvem celebrar o presente instrumento, mediante as cláusulas e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – Aquisição de _____, a fim de atender às necessidades da Escola Superior da Magistratura – ESMA, conforme especificações, condições e quantidades descritas no Termo de Referência, anexo ao Edital do procedimento licitatório em epígrafe.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

2.1 – Os preços, as quantidades e as especificações do(s) bens registrados nesta Ata encontram-se indicados no(s) seguinte(s) quadro(s):

LOTE I					
Item	Especificação	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
01	CADEIRA ESTOFADA 4 PÉS, FIXA, ESPALDAR BAIXO, COM PRANCHETA ESCAMOTEÁVEL E GRADE PORTA-LIVROS - COR PRETA, PARA DESTROS (tipo carteira universitária) com as seguintes características mínimas: Encosto: com estrutura interna produzida em polipropileno injetado e/ou madeira multilaminada com no mínimo 8,5 mm de espessura, de alta resistência, com espuma laminada ou injetada em poliuretano de espessura mínima de 30 mm, densidade mínima D26, em formato ergonômico, revestimento em poliéster na cor preta, e contracapa injetada em material termoplástico de alta resistência a impactos e abrasão; Assento: com estrutura interna produzida em polipropileno injetado e/ou madeira multilaminada com no mínimo 8,5 mm de espessura, de alta resistência, com espuma laminada ou injetada em poliuretano de espessura mínima de 32 mm, densidade mínima D33, de forma côncava na parte superior para acomodar o usuário confortavelmente por mais tempo e com borda frontal ligeiramente curvada para não obstruir a circulação sanguínea. Contracapa	Unid.		R\$	R\$

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA - PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO
EDITAL DE LICITAÇÃO – MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO – Nº_014/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO: 2021161011

<p>injetada em material termoplástico de alta resistência a impactos e abrasão. Revestimento em poliéster na cor preta. Estrutura: metálicas com 4 pés, em tudo de aço oblongo ou redondo com espessura mínima de 1,5 mm, com tratamento anticorrosivo por fosfatização, com pintura epóxi na cor preta. Terminais dos tubos com ponteiros injetados em polietileno. Assento e encosto unidos por meio de duas estruturas equidistantes do centro feitas de tubo de aço oblongo ou redondo com espessura mínima de 1, mm na cor preta; Prancheta: mecanismo escamoteável, composto de um suporte fixo e um suporte móvel, fixado ao braço da cadeira por meio de parafusos. Confeccionada em peça de madeira prensada de MDP, com espessura mínima de 18 mm, revestida em ambas as fases em laminado melamínico de baixa pressão na cor preta e encabeçamento com perfil PVC em forma de “T” de alta resistência a impactos, anatômico, dotado de espiga de encaixe no aglomerado para evitar a depredação do produto e garantir a integridade do mesmo por muito mais tempo ou injetada em ABS texturizado. A prancheta rebatível deve ter área mínima útil retangular de 210 x 297mm; Suporte porta-livros: pastas para cadeiras fixas, com dimensões mínimas de 320 mm de profundidade e 380 mm de largura, no formato de grade com aba para acondicionamento de pastas e livros, com espaçamento máximo de 55 mm entre as aletas, fixado abaixo do assento, confeccionado em aço, com acabamento uniforme sem pontas ou arestas. Dimensões: Profundidade do assento: 460mm Largura do assento: 460mm Largura do encosto: 460mm Altura do piso até a parte de cima do assento: 460mm Altura total da cadeira (do piso até a parte de cima do encosto): 900mm. Para todas as dimensões relativo a profundidade do assento, largura do assento, largura do encosto, altura do piso até a parte de cima do assento, altura total da cadeira (do piso até a parte de cima do encosto), poderá ter uma variação de 5% (cinco pontos percentuais) para mais ou para menos, COM EXCEÇÃO da medida recomendada da prancheta que deverá, independente do seu formato, ter área mínima útil retangular de 210 x 297 mm para acomodar um caderno/folha de A4. Garantia e assistência técnica mínima de 05 (cinco) anos a partir do recebimento definitivo do produto neste Poder Judiciário.; - Devem estar em conformidade com as normas de ergonomia (NR17), do Ministério do Trabalho (Ergonomia), em sua versão mais recente, assinado por Médico do Trabalho e /ou Engenheiro de Segurança do Trabalho, ambos devidamente inscritos nos respectivos conselhos regionais que regulamentam as profissões: CRM – Conselho Regional de</p>				
---	--	--	--	--

PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
 DIRETORIA ADMINISTRATIVA - PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO
EDITAL DE LICITAÇÃO – MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO – Nº_014/2022
 PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO: 2021161011

	<p>Medicina e CREA – Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura; -Certificado de Procedência da Madeira (deverá ser apresentado Certificado ambiental comprovando a utilização de madeira legal e proveniente de manejo florestal responsável ou de reflorestamento (FSC) ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre esta exigência); - NBR 8094: 1983, versão mais recente - Corrosão por exposição em câmara de névoa salina de no mínimo 1000h (material metálico) em virtude da ESMA esta situada na região litorânea, bem próximo ao mar com níveis maiores de umidade, fato que o perigo invisível “maresia” destrói estruturas, causa corrosão, mofo, danos em vários objetos</p>				
02	<p>CADEIRA ESTOFADA 4 PÉS, FIXA, ESPALDAR BAIXO, COM PRANCHETA ESCAMOTEÁVEL E GRADE PORTA-LIVROS - COR PRETA, PARA CANHOTO (tipo carteira universitária) com as seguintes características mínimas: Encosto: com estrutura interna produzida em polipropileno injetado e/ou madeira multilaminada com no mínimo 8,5 mm de espessura, de alta resistência, com espuma laminada ou injetada em poliuretano de espessura mínima de 30 mm, densidade mínima D26, em formato ergonômico, revestimento em poliéster na cor preta, e contracapa injetada em material termoplástico de alta resistência a impactos e abrasão; Assento: com estrutura interna produzida em polipropileno injetado e/ou madeira multilaminada com no mínimo 8,5 mm de espessura, de alta resistência, com espuma laminada ou injetada em poliuretano de espessura mínima de 32 mm, densidade mínima D33, de forma côncava na parte superior para acomodar o usuário confortavelmente por mais tempo e com borda frontal ligeiramente curvada para não obstruir a circulação sanguínea. Contracapa injetada em material termoplástico de alta resistência a impactos e abrasão. Revestimento em poliéster na cor preta. Estrutura: metálicas com 4 pés, em tudo de aço oblongo ou redondo com espessura mínima de 1,5 mm, com tratamento anticorrosivo por fosfatização, com pintura epóxi na cor preta. Terminais dos tubos com ponteiros injetadas em polietileno. Assento e encosto unidos por meio de duas estruturas equidistantes do centro feitas de tubo de aço oblongo ou redondo com espessura mínima de 1,5 mm na cor preta; Prancheta: mecanismo escamoteável, composto de um suporte fixo e um suporte móvel, fixado ao braço da cadeira por meio de parafusos. Confeccionada em peça de madeira prensada de MDP, com espessura mínima de 18 mm, revestida em ambas as faces em laminado melamínico de baixa pressão na cor preta e encabeçamento com perfil PVC em forma de</p>	Unid.		R\$	R\$

PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
 DIRETORIA ADMINISTRATIVA - PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO
EDITAL DE LICITAÇÃO – MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO – N°_014/2022
 PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO: 2021161011

	<p>“T” de alta resistência a impactos, anatômico, dotado de espiga de encaixe no aglomerado para evitar a depredação do produto e garantir a integridade do mesmo por muito mais tempo ou injetada em ABS texturizado. A prancheta rebatível deve ter área mínima útil retangular de 210 x 297mm; Suporte porta-livros: pastas para cadeiras fixas, com dimensões mínimas de 320 mm de profundidade e 380 mm de largura, no formato de grade com aba para acondicionamento de pastas e livros, com espaçamento máximo de 55 mm entre as aletas, fixado abaixo do assento, confeccionado em aço, com acabamento uniforme sem pontas ou arestas. Dimensões: Profundidade do assento: 460mm Largura do assento: 460mm Largura do encosto: 460mm Altura do piso até a parte de cima do assento: 460mm Altura total da cadeira (do piso até a parte de cima do encosto): 900mm. Para todas as dimensões relativo a profundidade do assento, largura do assento, largura do encosto, altura do piso até a parte de cima do assento, altura total da cadeira (do piso até a parte de cima do encosto), poderá ter uma variação de 5% (cinco pontos percentuais) para mais ou para menos, COM EXCEÇÃO da medida recomendada da prancheta que deverá, independente do seu formato, ter área mínima útil retangular de 210 x 297 mm para acomodar um caderno/folha de A4. Garantia e assistência técnica mínima de 05 (cinco) anos a partir a partir do recebimento definitivo do produto neste Poder Judiciário; -Devem também estar em conformidade com as normas de ergonomia (NR17), do Ministério do Trabalho (Ergonomia), em sua versão mais recente, assinado por Médico do Trabalho e ou Engenheiro de Segurança do Trabalho, ambos devidamente inscritos nos respectivos conselhos regionais que regulamentam as profissões: CRM – Conselho Regional de Medicina e CREA – Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura; -Apresentar Certificado ambiental comprovando a utilização de madeira legal e proveniente de manejo florestal responsável ou de reflorestamento (FSC) ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre esta exigência); -NBR 8094: 1983, versão mais recente - Corrosão por exposição em câmara de névoa salina de no mínimo 1000h (material metálico) em virtude da ESMA esta situada na região litorânea, bem próximo ao mar com níveis maiores de umidade, fato que o perigo invisível “maresia” destrói estruturas, causa corrosão, mofo, danos em vários objetos.</p>				
03	<p>CADEIRA ESTOFADA 4 PÉS, FIXA, ESPALDAR BAIXO, COM PRANCHETA ESCAMOTEÁVEL E GRADE PORTA-LIVROS - COR PRETA, PARA PESSOAS OBESAS</p>	Unid.		R\$	R\$

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA - PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO
EDITAL DE LICITAÇÃO – MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO – Nº_014/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO: 2021161011

<p>(tipo carteira universitária) com as seguintes características mínimas: Encosto: com estrutura interna produzida em polipropileno injetado e/ou madeira multilaminada , de alta resistência, com espuma laminada ou injetada em poliuretano, em formato ergonômico, revestimento em poliéster na cor preta, e contracapa injetada em material termoplástico de alta resistência a impactos e abrasão; Assento: com estrutura interna produzida em polipropileno injetado e/ou madeira multilaminada, de alta resistência, com espuma laminada ou injetada em poliuretano, de forma côncava na parte superior para acomodar o usuário confortavelmente por mais tempo e com borda frontal ligeiramente curvada para não obstruir a circulação sanguínea. Contracapa injetada em material termoplástico de alta resistência a impactos e abrasão Revestimento em poliéster na cor preta. Estrutura: metálicas com 4 pés, em tudo de aço oblongo ou redondo, com tratamento anticorrosivo por fosfatização, com pintura epóxi na cor preta. Terminais dos tubos com ponteiros injetadas em polietileno. Assento e encosto unidos por meio de duas estruturas equidistantes do centro feitas de tubo de aço oblongo ou redondo na cor preta; Prancheta: mecanismo escamoteável , composto de um suporte fixo e um suporte móvel, fixado ao braço da cadeira por meio de parafusos. Confeccionada em peça de madeira prensada de MDP, com espessura mínima de 18 mm, revestida em ambas as fases em laminado melamínico de baixa pressão na cor preta e encabeçamento com perfil PVC em forma de “T” de alta resistência a impactos, anatômico, dotado de espiga de encaixe no aglomerado para evitar a depredação do produto e garantir a integridade do mesmo por muito mais tempo ou injetada em ABS texturizado A prancheta rebatível deve ter área mínima útil retangular de 210 x 297 mm; Suporte porta-livros: pastas para cadeiras fixas, no formato de grade com aba para acondicionamento de pastas e livros, fixado abaixo do assento, confeccionado em aço, com acabamento uniforme sem pontas ou arestas. -Garantia e assistência técnica mínima de 05 (cinco) anos a partir do recebimento definitivo do produto neste Poder Judiciário; - As cadeiras para PESSOAS</p>				
---	--	--	--	--

PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
 DIRETORIA ADMINISTRATIVA - PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO
EDITAL DE LICITAÇÃO – MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO – Nº_014/2022
 PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO: 2021161011

	<p>OBESAS (P.O). devem seguir às recomendações da NBR 9050 quanto às dimensões mínimas e capacidade de carga. -Devem estar em conformidade com as normas de ergonomia (NR17), do Ministério do Trabalho (Ergonomia), em sua versão mais recente, assinado por Médico do Trabalho e ou Engenheiro de Segurança do Trabalho, ambos devidamente inscritos nos respectivos conselhos regionais que regulamentam as profissões: CRM – Conselho Regional de Medicina e CREA – Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura; -Certificado de Procedência da Madeira (deverá ser apresentado Certificado ambiental comprovando a utilização de madeira legal e proveniente de manejo florestal responsável ou de reflorestamento (FSC) ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre esta exigência); -NBR 8094: 1983, versão mais recente- Corrosão por exposição em câmara de névoa salina de no mínimo 1000h (material metálico) em virtude da ESMA esta situada na região litorânea, bem próximo ao mar com níveis maiores de umidade, fato que o perigo invisível “maresia” destrói estruturas, causa corrosão, mofo, danos em vários objetos</p>				
Total					R\$

LOTE II					
Item	Especificação	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
01	<p>POLTRONAS DE AUDITÓRIO com as seguintes características mínimas: Com assento rebatível sem prancheta; Encosto: Confeccionado com interno em madeira compensada multilaminada e prensada de alta resistência, com espessura mínima de 12 mm. Espuma injetada em poliuretano flexível com densidade mínima de 45 Kg/m3. Capa de proteção/acabamento injetada em polipropileno texturizada e fixada na parte posterior. Espuma do encosto com uma espessura mínima na região de apoio lombar de 90 mm. Dimensões do encosto: Extensão vertical (altura) do encosto: 540 mm Largura do encosto: 470 mm Revestimento em couro ecológico na cor bege. Assento: Confeccionado em madeira compensada multilaminada e prensada de alta resistência, de espessura mínima de 12 mm. Espuma</p>	Und.		R\$	R\$

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA - PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO
EDITAL DE LICITAÇÃO – MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO – N°_014/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO: 2021161011

<p>injetada em poliuretano flexível com densidade mínima e 45Kg/m3. Capa de proteção/ acabamento injetada em polipropileno texturizado e fixada na parte posterior. Sistema rebatível do assento realizado por mola alta resistência. Espuma do assento com espessura mínima de 50 mm. Dimensões do assento: Profundidade do assento: 470 mm; Largura do assento: 450 mm. Altura do piso até a parte de cima do assento: 450mm. Altura total da poltrona (do piso até a parte de cima do encosto): 910mm. Profundidade total aberta MÁXIMA (do encosto até a ponta do assento): 670mm. Para todas as dimensões relativo a profundidade do assento, largura do assento, altura do encosto, largura do encosto, altura do piso até a parte de cima do assento, altura total da poltrona (do piso até a parte de cima do encosto e profundidade total aberta Máxima (do encosto até a parte de cima do encosto), poderá ter uma variação de 5% (cinco pontos percentuais) para mais ou para menos. Peso: Peso por pessoa de no mínimo 110 Kg Revestimento em couro ecológico na cor bege; Pé da Poltrona Lado Esquerdo Sem Prancheta Estrutura: Estrutura lateral lado esquerdo sem prancheta injetada pelo processo de gás assistido em termoplástico de alta resistência. Em aço, com tratamento e superfície e pintura eletrostática soldada através de sistema MIG, Parte superior da lateral dotado de apoia-braço com alma interna em aço de alta resistência e recoberto com poliuretano integral skintexturizado, com tampa de fechamento lateral para poltrona injetado (resina termoplástica) na cor preta Fixação: Com dispositivo para fixar no piso. Deverá ter um sistema que minimize as vibrações decorrentes da movimentação dos usuários da mesma fileira, para proporcionar mais conforto e bem-estar dos usuários. Garantia e assistência técnica de, no mínimo, 05 anos a partir do recebimento definitivo do produto neste Poder Judiciário;. -Devem estar em conformidade com as normas de ergonomia (NR17), do Ministério do Trabalho (Ergonomia), em sua versão mais recente, assinado por Médico do Trabalho e ou Engenheiro de Segurança do Trabalho, ambos devidamente inscritos nos respectivos conselhos regionais que regulamentam as profissões: CRM – Conselho Regional de Medicina e CREA – Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura; -Ensaio de absorção sonora (NBR 17025:2001) em versões mais recentes; -Certificação de acordo com a NBR 15878, em sua versão mais recente, emitido por um OCP-Organismo Certificador de Produto, acreditado pelo INMETRO; -Certificado de Procedência da Madeira (deverá ser apresentado Certificado ambiental comprovando a utilização de madeira legal e</p>				
--	--	--	--	--

PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
 DIRETORIA ADMINISTRATIVA - PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO
EDITAL DE LICITAÇÃO – MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO – N°_014/2022
 PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO: 2021161011

	proveniente de manejo florestal responsável ou de reflorestamento (FSC) ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre esta exigência). -NBR 8094: 1983, versão mais recente - Corrosão por exposição em câmara de névoa salina de no mínimo 1000h (material metálico) em virtude da ESMA esta situada na região litorânea, bem próximo ao mar com níveis maiores de umidade, fato que o perigo invisível “maresia” destrói estruturas, causa corrosão, mofo, danos em vários objetos. Incluindo serviços de montagem e instalação.					
02	POLTRONAS DE AUDITÓRIO PARA OBESOS , com as seguintes características mínimas: Poltrona completa para obesos: Confeccionada com interno em madeira compensada moldada com compressão quente. Espuma injetada em poliuretano flexível. Capa de proteção/acabamento injetada em poliuretano texturizado e fixada na parte posterior. Revestimento em couro ecológico na cor bege. Encosto sem rebatimento (sistema fixo) Assento: Confeccionado com interno em madeira compensada; Espuma injetada em poliuretano flexível. Capa de proteção/acabamento injetada em polipropileno texturizado e fixada na parte posterior. Sistema rebatível do assento realizado por mola de alta resistência. Peso: Peso por pessoa de no mínimo 250Kg Revestimento: em couro ecológico na cor bege. Garantia e assistência técnica de, no mínimo, 05 anos a partir da entrega do produto neste Poder Judiciário. Ensaio de absorção sonora (NBR 17025:2001) em versões mais recentes; -A poltrona para obeso (P.O) deve seguir às recomendações da NBR 9050 quanto às dimensões mínimas e capacidade de carga. -NBR 8094: 1983, versão mais recente - Corrosão por exposição em câmara de névoa salina de no mínimo 1000h (material metálico) em virtude da ESMA esta situada na região litorânea, bem próximo ao mar com níveis maiores de umidade, fato que o perigo invisível “maresia” destrói estruturas, causa corrosão, mofo, danos em vários objetos. Incluindo serviços de montagem e instalação.	Und.		R\$	R\$	
Total						R\$

2.2 – As despesas relativas aos produtos como impostos, fretes, custos diretos e/ou indiretos correrão por conta do Fornecedor.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VALIDADE

3.1 – A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses contados da data da sua assinatura.

CLÁUSULA QUARTA – DA CONDIÇÃO ESPECÍFICA E DO DIREITO DE PREFERÊNCIA

4.1 – A existência da Ata de Registro de Preço não obriga o órgão gerenciador a firmar as futuras contratações com vencedor do certame do SRP, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência do fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA QUINTA – ACRÉSCIMOS QUANTITATIVOS

5.1 – É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/1993

CLÁUSULA SEXTA – DA REVISÃO DE PREÇOS

6.1 – Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d”, Inciso II, *Caput* do art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

6.2 – Nos procedimentos de revisão aplicar-se-ão os comandos dos arts. 18 e 19 do Decreto Estadual nº 34.986/2014.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado nos seguintes casos:

I – Por iniciativa da Administração, quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não retirar ou recusar-se a retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;
- c) der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP;
- d) não manter as condições de habilitação e compatibilidade;
- e) não aceitar a redução dos preços registrados, nas hipóteses previstas na legislação;
- f) por razões de interesse público, devidamente justificadas.

II – Por iniciativa do próprio Fornecedor:

- a) quando, mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste registro de preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo Órgão Gerenciador, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução da relação contratual.

7.2. O cancelamento do registro deverá ser formalizado por despacho fundamentado do representante do órgão gerenciador, assegurados o contraditório e a ampla defesa, mediante competente processo administrativo.

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES

8.1 – As sanções a serem aplicadas por eventual descumprimento das obrigações assumidas estão previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital de que trata o presente instrumento.

CLÁUSULA NONA – DA PUBLICIDADE

9.1 – Os preços, quantitativos, o(s) fornecedor(es) e as especificações resumidas do objeto, como as possíveis alterações da presente ARP, serão publicadas no Diário da Justiça Eletrônico do TJPB, em conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA – CADASTRO DE RESERVA

10.1 – Seguem relacionadas no Anexo Único desta Ata, se for o caso, as empresas que aceitaram cotar preços iguais ao da licitante vencedora do Pregão Eletrônico nº ____/____, do TJPB, na sequência da classificação do certame, cuja ordem de classificação deverá ser respeitada nas contratações, fazendo parte da lista que compõem o cadastro de reserva, em conformidade com o previsto no Art. 11, inciso I, do Decreto Estadual nº 34.986/2014.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA - PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO
EDITAL DE LICITAÇÃO – MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO – Nº_014/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO: 2021161011

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1 – O foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução desta Ata de Registro de Preços será o da Comarca de João Pessoa/PB, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

A presente Ata, após lida e achada conforme, é assinada pelos representantes legais do Órgão Gerenciador e do Fornecedor indicado acima.

João Pessoa, ___ de _____ de ____.

Desembargador Saulo Henriques de Sá e Benevides
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba
ÓRGÃO GERENCIADOR

FORNECEDOR

ANEXO ÚNICO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
CADASTRO DE RESERVA

Ordem de classificação	Fornecedor	Marca/modelo do objeto ofertado	CNPJ	Endereço	Representante legal	Informações para contato (telefone, e-mail, etc)
1º						
2º						

ANEXO III – MINUTA DE CONTRATO

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA**, com sede na Praça João Pessoa, s/nº, Centro, João Pessoa/PB, inscrito no CNPJ sob o nº 09.283.185/0001-63, neste ato representado pelo seu Presidente, Desembargador _____, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e _____, inscrita no CNPJ nº _____, com sede na _____, CEP _____, no Município de _____/_____, denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo(a) Senhor(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade nº _____ e CPF nº _____, tendo em vista o que consta no **Processo Administrativo nº 2021161011**, e o resultado final do **Pregão Eletrônico nº _____/_____,** e em observância à Lei nº 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Federal nº 7.892/2013, Decreto Federal nº 10.024/2019, Lei Estadual nº 9.697/2012, Decreto Estadual nº 34.986/2014, à Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), como também pela Resolução TJPB nº 15/2014, Ato da Presidência TJPB nº 88/2019 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/1993, e demais legislações correlatas, resolvem celebrar o presente instrumento, mediante as cláusulas e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a aquisição de _____, a fim de atender as necessidades da Escola Superior da Magistratura – ESMA, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo (e seus anexos) e na proposta vencedora:

LOTE I					
Item	Especificação	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
01	CADEIRA ESTOFADA 4 PÉS, FIXA, ESPALDAR BAIXO, COM PRANCHETA ESCAMOTEÁVEL E GRADE PORTA-LIVROS - COR PRETA, PARA DESTROS (tipo carteira universitária) com as seguintes características mínimas: Encosto: com estrutura interna produzida em polipropileno injetado e/ou madeira multilaminada com no mínimo 8,5 mm de espessura, de alta resistência, com espuma laminada ou injetada em poliuretano de espessura mínima de 30 mm, densidade mínima D26, em formato ergonômico, revestimento em poliéster na cor preta, e contracapa injetada em material termoplástico de alta resistência a impactos e abrasão; Assento: com estrutura interna produzida em polipropileno injetado e/ou madeira multilaminada com no mínimo 8,5 mm de espessura, de alta resistência, com espuma laminada ou injetada em poliuretano de espessura mínima de 32 mm, densidade mínima D33, de forma côncava na parte superior para acomodar o usuário confortavelmente por mais tempo e com borda frontal ligeiramente curvada para não obstruir a circulação sanguínea. Contracapa	Unid.		R\$	R\$

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA - PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO
EDITAL DE LICITAÇÃO – MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO – Nº_014/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO: 2021161011

<p>injetada em material termoplástico de alta resistência a impactos e abrasão. Revestimento em poliéster na cor preta. Estrutura: metálicas com 4 pés, em tudo de aço oblongo ou redondo com espessura mínima de 1,5 mm, com tratamento anticorrosivo por fosfatização, com pintura epóxi na cor preta. Terminais dos tubos com ponteiros injetadas em polietileno. Assento e encosto unidos por meio de duas estruturas equidistantes do centro feitas de tubo de aço oblongo ou redondo com espessura mínima de 1, mm na cor preta; Prancheta: mecanismo escamoteável, composto de um suporte fixo e um suporte móvel, fixado ao braço da cadeira por meio de parafusos. Confeccionada em peça de madeira prensada de MDP, com espessura mínima de 18 mm, revestida em ambas as fases em laminado melamínico de baixa pressão na cor preta e encabeçamento com perfil PVC em forma de “T” de alta resistência a impactos, anatômico, dotado de espiga de encaixe no aglomerado para evitar a depredação do produto e garantir a integridade do mesmo por muito mais tempo ou injetada em ABS texturizado. A prancheta rebatível deve ter área mínima útil retangular de 210 x 297mm; Suporte porta-livros: pastas para cadeiras fixas, com dimensões mínimas de 320 mm de profundidade e 380 mm de largura, no formato de grade com aba para acondicionamento de pastas e livros, com espaçamento máximo de 55 mm entre as aletas, fixado abaixo do assento, confeccionado em aço, com acabamento uniforme sem pontas ou arestas. Dimensões: Profundidade do assento: 460mm Largura do assento: 460mm Largura do encosto: 460mm Altura do piso até a parte de cima do assento: 460mm Altura total da cadeira (do piso até a parte de cima do encosto): 900mm. Para todas as dimensões relativo a profundidade do assento, largura do assento, largura do encosto, altura do piso até a parte de cima do assento, altura total da cadeira (do piso até a parte de cima do encosto), poderá ter uma variação de 5% (cinco pontos percentuais) para mais ou para menos, COM EXCEÇÃO da medida recomendada da prancheta que deverá, independente do seu formato, ter área mínima útil retangular de 210 x 297 mm para acomodar um caderno/folha de A4. Garantia e assistência técnica mínima de 05 (cinco) anos a partir do recebimento definitivo do produto neste Poder Judiciário.; - Devem estar em conformidade com as normas de ergonomia (NR17), do Ministério do Trabalho (Ergonomia), em sua versão mais recente, assinado por Médico do Trabalho e /ou Engenheiro de Segurança do Trabalho, ambos devidamente inscritos nos respectivos conselhos regionais que regulamentam as profissões: CRM – Conselho Regional de</p>				
---	--	--	--	--

PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
 DIRETORIA ADMINISTRATIVA - PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO
EDITAL DE LICITAÇÃO – MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO – Nº_014/2022
 PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO: 2021161011

	<p>Medicina e CREA – Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura; -Certificado de Procedência da Madeira (deverá ser apresentado Certificado ambiental comprovando a utilização de madeira legal e proveniente de manejo florestal responsável ou de reflorestamento (FSC) ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre esta exigência); - NBR 8094: 1983, versão mais recente - Corrosão por exposição em câmara de névoa salina de no mínimo 1000h (material metálico) em virtude da ESMA esta situada na região litorânea, bem próximo ao mar com níveis maiores de umidade, fato que o perigo invisível “maresia” destrói estruturas, causa corrosão, mofo, danos em vários objetos</p>				
02	<p>CADEIRA ESTOFADA 4 PÉS, FIXA, ESPALDAR BAIXO, COM PRANCHETA ESCAMOTEÁVEL E GRADE PORTA-LIVROS - COR PRETA, PARA CANHOTO (tipo carteira universitária) com as seguintes características mínimas: Encosto: com estrutura interna produzida em polipropileno injetado e/ou madeira multilaminada com no mínimo 8,5 mm de espessura, de alta resistência, com espuma laminada ou injetada em poliuretano de espessura mínima de 30 mm, densidade mínima D26, em formato ergonômico, revestimento em poliéster na cor preta, e contracapa injetada em material termoplástico de alta resistência a impactos e abrasão; Assento: com estrutura interna produzida em polipropileno injetado e/ou madeira multilaminada com no mínimo 8,5 mm de espessura, de alta resistência, com espuma laminada ou injetada em poliuretano de espessura mínima de 32 mm, densidade mínima D33, de forma côncava na parte superior para acomodar o usuário confortavelmente por mais tempo e com borda frontal ligeiramente curvada para não obstruir a circulação sanguínea. Contracapa injetada em material termoplástico de alta resistência a impactos e abrasão. Revestimento em poliéster na cor preta. Estrutura: metálicas com 4 pés, em tudo de aço oblongo ou redondo com espessura mínima de 1,5 mm, com tratamento anticorrosivo por fosfatização, com pintura epóxi na cor preta. Terminais dos tubos com ponteiros injetadas em polietileno. Assento e encosto unidos por meio de duas estruturas equidistantes do centro feitas de tubo de aço oblongo ou redondo com espessura mínima de 1,5 mm na cor preta; Prancheta: mecanismo escamoteável, composto de um suporte fixo e um suporte móvel, fixado ao braço da cadeira por meio de parafusos. Confeccionada em peça de madeira prensada de MDP, com espessura mínima de 18 mm, revestida em ambas as faces em laminado melamínico de baixa pressão na cor preta e encabeçamento com perfil PVC em forma de</p>	Unid.		R\$	R\$

PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
 DIRETORIA ADMINISTRATIVA - PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO
EDITAL DE LICITAÇÃO – MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO – Nº_014/2022
 PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO: 2021161011

	<p>“T” de alta resistência a impactos, anatômico, dotado de espiga de encaixe no aglomerado para evitar a depredação do produto e garantir a integridade do mesmo por muito mais tempo ou injetada em ABS texturizado. A prancheta rebatível deve ter área mínima útil retangular de 210 x 297mm; Suporte porta-livros: pastas para cadeiras fixas, com dimensões mínimas de 320 mm de profundidade e 380 mm de largura, no formato de grade com aba para acondicionamento de pastas e livros, com espaçamento máximo de 55 mm entre as aletas, fixado abaixo do assento, confeccionado em aço, com acabamento uniforme sem pontas ou arestas. Dimensões: Profundidade do assento: 460mm Largura do assento: 460mm Largura do encosto: 460mm Altura do piso até a parte de cima do assento: 460mm Altura total da cadeira (do piso até a parte de cima do encosto): 900mm. Para todas as dimensões relativo a profundidade do assento, largura do assento, largura do encosto, altura do piso até a parte de cima do assento, altura total da cadeira (do piso até a parte de cima do encosto), poderá ter uma variação de 5% (cinco pontos percentuais) para mais ou para menos, COM EXCEÇÃO da medida recomendada da prancheta que deverá, independente do seu formato, ter área mínima útil retangular de 210 x 297 mm para acomodar um caderno/folha de A4. Garantia e assistência técnica mínima de 05 (cinco) anos a partir a partir do recebimento definitivo do produto neste Poder Judiciário; -Devem também estar em conformidade com as normas de ergonomia (NR17), do Ministério do Trabalho (Ergonomia), em sua versão mais recente, assinado por Médico do Trabalho e ou Engenheiro de Segurança do Trabalho, ambos devidamente inscritos nos respectivos conselhos regionais que regulamentam as profissões: CRM – Conselho Regional de Medicina e CREA – Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura; -Apresentar Certificado ambiental comprovando a utilização de madeira legal e proveniente de manejo florestal responsável ou de reflorestamento (FSC) ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre esta exigência); -NBR 8094: 1983, versão mais recente - Corrosão por exposição em câmara de névoa salina de no mínimo 1000h (material metálico) em virtude da ESMA esta situada na região litorânea, bem próximo ao mar com níveis maiores de umidade, fato que o perigo invisível “maresia” destrói estruturas, causa corrosão, mofo, danos em vários objetos.</p>				
03	<p>CADEIRA ESTOFADA 4 PÉS, FIXA, ESPALDAR BAIXO, COM PRANCHETA ESCAMOTEÁVEL E GRADE PORTA-LIVROS - COR PRETA, PARA PESSOAS OBESAS</p>	Unid.		R\$	R\$

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA - PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO
EDITAL DE LICITAÇÃO – MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO – Nº_014/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO: 2021161011

<p>(tipo carteira universitária) com as seguintes características mínimas: Encosto: com estrutura interna produzida em polipropileno injetado e/ou madeira multilaminada , de alta resistência, com espuma laminada ou injetada em poliuretano, em formato ergonômico, revestimento em poliéster na cor preta, e contracapa injetada em material termoplástico de alta resistência a impactos e abrasão; Assento: com estrutura interna produzida em polipropileno injetado e/ou madeira multilaminada, de alta resistência, com espuma laminada ou injetada em poliuretano, de forma côncava na parte superior para acomodar o usuário confortavelmente por mais tempo e com borda frontal ligeiramente curvada para não obstruir a circulação sanguínea. Contracapa injetada em material termoplástico de alta resistência a impactos e abrasão Revestimento em poliéster na cor preta. Estrutura: metálicas com 4 pés, em tudo de aço oblongo ou redondo, com tratamento anticorrosivo por fosfatização, com pintura epóxi na cor preta. Terminais dos tubos com ponteiros injetadas em polietileno. Assento e encosto unidos por meio de duas estruturas equidistantes do centro feitas de tubo de aço oblongo ou redondo na cor preta; Prancheta: mecanismo escamoteável , composto de um suporte fixo e um suporte móvel, fixado ao braço da cadeira por meio de parafusos. Confeccionada em peça de madeira prensada de MDP, com espessura mínima de 18 mm, revestida em ambas as fases em laminado melamínico de baixa pressão na cor preta e encabeçamento com perfil PVC em forma de “T” de alta resistência a impactos, anatômico, dotado de espiga de encaixe no aglomerado para evitar a depredação do produto e garantir a integridade do mesmo por muito mais tempo ou injetada em ABS texturizado A prancheta rebatível deve ter área mínima útil retangular de 210 x 297 mm; Suporte porta-livros: pastas para cadeiras fixas, no formato de grade com aba para acondicionamento de pastas e livros, fixado abaixo do assento, confeccionado em aço, com acabamento uniforme sem pontas ou arestas. -Garantia e assistência técnica mínima de 05 (cinco) anos a partir do recebimento definitivo do produto neste Poder Judiciário; - As cadeiras para PESSOAS</p>				
---	--	--	--	--

PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
 DIRETORIA ADMINISTRATIVA - PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO
EDITAL DE LICITAÇÃO – MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO – Nº_014/2022
 PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO: 2021161011

	<p>OBESAS (P.O). devem seguir às recomendações da NBR 9050 quanto às dimensões mínimas e capacidade de carga. -Devem estar em conformidade com as normas de ergonomia (NR17), do Ministério do Trabalho (Ergonomia), em sua versão mais recente, assinado por Médico do Trabalho e ou Engenheiro de Segurança do Trabalho, ambos devidamente inscritos nos respectivos conselhos regionais que regulamentam as profissões: CRM – Conselho Regional de Medicina e CREA – Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura; -Certificado de Procedência da Madeira (deverá ser apresentado Certificado ambiental comprovando a utilização de madeira legal e proveniente de manejo florestal responsável ou de reflorestamento (FSC) ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre esta exigência); -NBR 8094: 1983, versão mais recente- Corrosão por exposição em câmara de névoa salina de no mínimo 1000h (material metálico) em virtude da ESMA esta situada na região litorânea, bem próximo ao mar com níveis maiores de umidade, fato que o perigo invisível “maresia” destrói estruturas, causa corrosão, mofo, danos em vários objetos</p>				
Total					R\$

LOTE II					
Item	Especificação	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
01	<p>POLTRONAS DE AUDITÓRIO com as seguintes características mínimas: Com assento rebatível sem prancheta; Encosto: Confeccionado com interno em madeira compensada multilaminada e prensada de alta resistência, com espessura mínima de 12 mm. Espuma injetada em poliuretano flexível com densidade mínima de 45 Kg/m3. Capa de proteção/acabamento injetada em polipropileno texturizada e fixada na parte posterior. Espuma do encosto com uma espessura mínima na região de apoio lombar de 90 mm. Dimensões do encosto: Extensão vertical (altura) do encosto: 540 mm Largura do encosto: 470 mm Revestimento em couro ecológico na cor bege. Assento: Confeccionado em madeira compensada multilaminada e prensada de alta resistência,</p>	Und.		R\$	R\$

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA - PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO
EDITAL DE LICITAÇÃO – MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO – Nº_014/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO: 2021161011

<p>de espessura mínima de 12 mm. Espuma injetada em poliuretano flexível com densidade mínima e 45Kg/m3. Capa de proteção/ acabamento injetada em polipropileno texturizado e fixada na parte posterior. Sistema rebatível do assento realizado por mola alta resistência. Espuma do assento com espessura mínima de 50 mm. Dimensões do assento: Profundidade do assento: 470 mm; Largura do assento: 450 mm. Altura do piso até a parte de cima do assento: 450mm. Altura total da poltrona (do piso até a parte de cima do encosto): 910mm. Profundidade total aberta MÁXIMA (do encosto até a ponta do assento): 670mm. Para todas as dimensões relativo a profundidade do assento, largura do assento, altura do encosto, largura do encosto, altura do piso até a parte de cima do assento, altura total da poltrona (do piso até a parte de cima do encosto e profundidade total aberta Máxima (do encosto até a parte de cima do encosto), poderá ter uma variação de 5% (cinco pontos percentuais) para mais ou para menos. Peso: Peso por pessoa de no mínimo 110 Kg Revestimento em couro ecológico na cor bege; Pé da Poltrona Lado Esquerdo Sem Prancheta Estrutura: Estrutura lateral lado esquerdo sem prancheta injetada pelo processo de gás assistido em termoplástico de alta resistência. Em aço, com tratamento e superfície e pintura eletrostática soldada através de sistema MIG, Parte superior da lateral dotado de apoia-braço com alma interna em aço de alta resistência e recoberto com poliuretano integral skintexturizado, com tampa de fechamento lateral para poltrona injetado (resina termoplástica) na cor preta Fixação: Com dispositivo para fixar no piso. Deverá ter um sistema que minimize as vibrações decorrentes da movimentação dos usuários da mesma fileira, para proporcionar mais conforto e bem-estar dos usuários. Garantia e assistência técnica de, no mínimo, 05 anos a partir do recebimento definitivo do produto neste Poder Judiciário;. -Devem estar em conformidade com as normas de ergonomia (NR17), do Ministério do Trabalho (Ergonomia), em sua versão mais recente, assinado por Médico do Trabalho e ou Engenheiro de Segurança do Trabalho, ambos devidamente inscritos nos respectivos conselhos regionais que regulamentam as profissões: CRM – Conselho Regional de Medicina e CREA – Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura; -Ensaio de absorção sonora (NBR 17025:2001) em versões mais recentes; -Certificação de acordo com a NBR 15878, em sua versão mais recente, emitido por um OCP- Organismo Certificador de Produto, acreditado pelo INMETRO; -Certificado de Procedência da Madeira (deverá ser apresentado Certificado ambiental</p>				
--	--	--	--	--

PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
 DIRETORIA ADMINISTRATIVA - PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO
EDITAL DE LICITAÇÃO – MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO – N°_014/2022
 PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO: 2021161011

	comprovando a utilização de madeira legal e proveniente de manejo florestal responsável ou de reflorestamento (FSC) ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre esta exigência). -NBR 8094: 1983, versão mais recente - Corrosão por exposição em câmara de névoa salina de no mínimo 1000h (material metálico) em virtude da ESMA esta situada na região litorânea, bem próximo ao mar com níveis maiores de umidade, fato que o perigo invisível “maresia” destrói estruturas, causa corrosão, mofo, danos em vários objetos. Incluindo serviços de montagem e instalação.					
02	<p>POLTRONAS DE AUDITÓRIO PARA OBESOS, com as seguintes características mínimas: Poltrona completa para obesos: Confeccionada com interno em madeira compensada moldada com compressão quente. Espuma injetada em poliuretano flexível. Capa de proteção/acabamento injetada em poliuretano texturizado e fixada na parte posterior. Revestimento em couro ecológico na cor bege. Encosto sem rebatimento (sistema fixo) Assento: Confeccionado com interno em madeira compensada; Espuma injetada em poliuretano flexível. Capa de proteção/acabamento injetada em polipropileno texturizado e fixada na parte posterior. Sistema rebatível do assento realizado por mola de alta resistência. Peso: Peso por pessoa de no mínimo 250Kg Revestimento: em couro ecológico na cor bege. Garantia e assistência técnica de, no mínimo, 05 anos a partir da entrega do produto neste Poder Judiciário. Ensaio de absorção sonora (NBR 17025:2001) em versões mais recentes; -A poltrona para obeso (P.O) deve seguir às recomendações da NBR 9050 quanto às dimensões mínimas e capacidade de carga. -NBR 8094: 1983, versão mais recente - Corrosão por exposição em câmara de névoa salina de no mínimo 1000h (material metálico) em virtude da ESMA esta situada na região litorânea, bem próximo ao mar com níveis maiores de umidade, fato que o perigo invisível “maresia” destrói estruturas, causa corrosão, mofo, danos em vários objetos. Incluindo serviços de montagem e instalação.</p>	Und.		R\$	R\$	
Total						R\$

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

2.1. O valor do contrato é de R\$ _____ (_____).

2.1.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Poder Judiciário do Estado da Paraíba, deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Classificação Funcional Programática: Unidade Orçamentária – _____; Função – __; Subfunção – ____; Programa – ____; Projeto/Atividade – ____ – _____;
Natureza da Despesa – _____ – _____; Fonte de Recurso – _____.

Reserva Orçamentária: _____

Nota de Empenho nº _____

3.2. As despesas para o(s) exercício(s) futuro(s) correrão à conta da(s) dotação(ões) orçamentária(s) do(s) respectivo(s) exercício(s) financeiro(s).

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O prazo de vigência deste contrato é de 06 (seis) meses contados da data de sua assinatura, limitado ao final do exercício financeiro, excluído o dia do começo e incluído o do vencimento, para a aquisição do material.

4.2. Para a prestação dos serviços de garantia e assistência técnica a vigência do contrato será de __ (____) meses, contados da data do aceite definitivo dos bens.

4.3. Os preços permanecerão fixos durante o período de vigência do contrato, previsto no item 4.1.

CLÁUSULA QUINTA – DA ORDEM DE FORNECIMENTO, DA ENTREGA E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

5.1. A Ordem de Fornecimento será expedida em até 30 (trinta) dias após a assinatura do presente Contrato.

5.2. As condições inerentes à entrega e aos critérios de aceitação do objeto estão previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital de que trata o presente instrumento.

CLÁUSULA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

6.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada na forma estabelecida no Termo de Referência, anexo ao Edital de que trata o presente instrumento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DA CONTRATADA

7.1. As obrigações do CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital de que trata o presente instrumento.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

8.1. O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Termo de Referência, anexo ao Edital de que trata o presente instrumento.

CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital de que trata o presente instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

10.1. São motivos para a rescisão do presente Contrato os elencados no art. 78 da Lei nº 8.666/1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

10.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

10.3. A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666/1993.

10.4. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

10.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

10.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

10.4.3. Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS PELO PODER PÚBLICO

11.1. O tratamento de dados pessoais pelo CONTRATANTE e CONTRATADO observará o disposto na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais) e será realizado para o atendimento de sua finalidade pública, na persecução do interesse público, com o objetivo de executar as competências legais ou cumprir as atribuições legais do serviço público, bem como a plena execução deste instrumento contratual.

Parágrafo único. O CONTRATADO assume a posição de operador, nos termos do art. 5º, VII da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, competindo-lhe o tratamento dos dados necessários à execução do contrato, de acordo com as instruções fornecidas pelo controlador.

11.2. No ato de assinatura do presente instrumento, a CONTRATADA concorda que os seus dados podem ser compartilhados quando necessários à execução de políticas públicas previstas em leis e regulamentos ou respaldadas em contratos, convênios ou instrumentos congêneres e para atender aos interesses legítimos do CONTRATANTE, observadas as disposições Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).

11.3. O Tribunal de Justiça da Paraíba e a CONTRATADA se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:

a) o tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos Arts. 7º e/ou 11 da Lei 13.709/2018 às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;

b) o tratamento seja limitado às atividades necessárias ao atingimento das finalidades de execução do contrato e do serviço contratado, utilizando-os, quando seja o caso, em cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD;

c) em caso de necessidade de coleta de dados pessoais indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada mediante prévia aprovação do CONTRATANTE, responsabilizando-se a CONTRATADA por obter o consentimento dos titulares (salvo nos casos em que opere outra hipótese legal de tratamento). Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins;

d) encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, a CONTRATADA interromperá o tratamento dos Dados Pessoais e, em no máximo (30) dias, sob instruções e na medida do determinado pelo CONTRATANTE, eliminará completamente os Dados Pessoais e todas as cópias porventura existentes (seja em formato digital ou físico), salvo quando a CONTRATADA tenha que manter os dados para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese da LGPD.

11.4. Eventuais responsabilidades das partes, serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO

12.1. Incumbirá ao CONTRATANTE providenciar a publicação do extrato deste Contrato, no Diário da Justiça Eletrônico, nos termos do Parágrafo Único do art. 61 da Lei 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES

13.1. Este Contrato vincula-se ao Edital do Pregão identificado no preâmbulo e seus anexos, em especial o Termo de Referência e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666/1993, na Lei nº 10.520/2002, na Lei Complementar nº 123/2006, no Decreto Federal nº 7.892/2013, no Decreto Federal nº 10.024/2019, na Lei Estadual nº 9.697/2012, no Decreto Estadual nº 34.986/2014, na Resolução TJPB nº 15/2014, no Ato da Presidência TJPB nº 88/2019, e demais normativos de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), normas e princípios gerais dos contratos, bem como na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais) e na Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1. O foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Contrato será o da Comarca de João Pessoa/PB, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente Contrato.

João Pessoa/PB, _____ de _____ de _____.

Desembargador _____
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
CONTRATANTE

Representante Legal
CONTRATADA

ANEXO IV - MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

(usar papel timbrado da empresa)

Local e data

Ao
Pregoeiro do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba
João Pessoa (PB)

Senhor Pregoeiro,

Pela _____ presente, _____ designamos _____ o Sr.(a) _____, portador (a) da carteira de identidade nº _____, expedida pela SSP do Estado de _____, para nos representar no processo licitatório relativo ao Pregão Eletrônico nº _____ /2022, podendo o mesmo formular lances verbais à proposta escrita apresentada, quando convocado, e, ainda, rubricar documentos, renunciar o direito de recurso e impugnação, assinar atas, recorrer de decisões administrativas e, enfim, praticar todos os atos inerentes à referida licitação.

Atenciosamente,

Assinatura

OBSERVAÇÃO – O presente documento deverá vir acompanhado, conforme o caso, de um dos documentos citados no subitem 4.2.3 do edital, para fins de confirmação de poderes para subscrevê-la.

ANEXO V – DECLARAÇÕES

(Nome da Empresa) _____, CNPJ/MF ou CPC nº. _____, sediada no (a) _____ (endereço completo), **declara:**

1- Sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores. (**DECLARAÇÃO DE FATOS IMPEDITIVOS**)

2 - Para efeito de participação no processo licitatório pertinente ao Pregão Eletrônico nº __/2022 do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, bem assim para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos. Ressalva: emprega menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz ()
OBS: em caso afirmativo assinalar a ressalva acima.(**DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MÃO DE OBRA INFANTIL**)

3 - Para fins do disposto no inciso VII do art. 4º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, estar ciente plenamente dos requisitos de habilitação para participar do procedimento licitatório Pregão Eletrônico nº __/2022 do Tribunal de Justiça da Paraíba. (**DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO**)

4 - **Através deste instrumento, sem prejuízo dos ditames insertos no art. 2º, VI da Resolução CNJ 07/2005**, declaro a inexistência, bem como assumindo compromisso de não permitir ingresso nos quadros societários e/ou de empregados da Pessoa Jurídica, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, ficando desde já ciente de que a inobservância dessa vedação acarretará a rescisão imediata do fornecimento a ser celebrado com o Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, conforme modelo constante Anexo ao presente edital;(TERMO DE COMPROMISSO)

5 -Arcar, quando solicitado pelo TJPB, com todas as despesas decorrentes dos procedimentos de análise ou teste probatório de qualidade dos bens fornecidos, bem assim, com o fornecimento, sem ônus adicional para o TJPB, de amostras dos itens que tenha arrematado, sem que isso implique em antecipação de entrega de material;

6- Fornecer produtos novos, de primeiro uso, industrializados/fabricados de acordo com as normas técnicas em vigor, de boa qualidade e de excelente aceitação no mercado, bem assim com prazo de garantia e assistência técnica on site de acordo com as exigências contidas nas especificações dos respectivos itens, contado da data de recebimento definitivo dos produtos pelo TJPB.

João Pessoa - PB, ____ de _____ de 2022.

(Representante legal da empresa)

OBSERVAÇÃO – As presentes declarações deverão estar contidas junto com a habilitação ou proposta readequada, depois de elaborada em papel timbrado do licitante e devidamente assinada.

ANEXO VI -

RECIBO

Recebi do Tribunal de Justiça da Paraíba uma cópia do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO Nº / 2022, que tem por objeto a Aquisição de carteiras estudantis e poltronas para auditório, com montagem e instalação, através de Sistema de Registro de Preços, a fim de atender as necessidades da Escola Superior da Magistratura – ESMA, durante o período de 12 meses, conforme especificações, condições, quantidades e estimativas estabelecidas no Termo de Referência.

Razão Social / Denominação: _____

CNPJ/MF: _____

Endereço: _____

Telefone: _____

Fax: _____

E-mail: _____

João Pessoa (PB), ____ de _____ de 2022.

Assinatura

OBS: Visando comunicação futura entre este Tribunal de Justiça e essa empresa, solicitamos de Vossa Senhoria, preencher, se assim desejar, o recibo de entrega do edital e remeter a Comissão Permanente de Licitação por **e-mail : prege@tjpb.jus.br**